

**PREGÃO ELETRÔNICO**

90184/2024

**CONTRATANTE (UASG)**

Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (250057)

**OBJETO**

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE IMPLANTES ORTOPÉDICOS

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

SIGILOSO

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 07/01/2025 às 10:00h (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

MENOR PREÇO POR GRUPO

**MODO DE DISPUTA:**

ABERTO E FECHADO

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!



## Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS .....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	13
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	15
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	16
11. DOS RECURSOS.....	17
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	18
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	20
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	21



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA

**INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90184/2024**  
(Processo Administrativo nº 25057.000285/2024-30)

Torna-se público que **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, neste ato representado pelo **INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA**, sediado na Avenida Brasil, nº 500, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.940-070, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **AQUISIÇÃO DE IMPLANTES ORTOPÉDICOS (PLACA CRANIAL RÍGIDA CONFECCIONADA EM TITÂNIO E OUTROS)** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.*

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPIEDIA

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. *peças jurídicas reunidas em consórcio*;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

- 3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPIEDIA

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

4.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *Valor unitário e total do item;*

*5.1.1.1. Os preços deverão ser expressos em Reais (R\$) com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula (ex.: R\$ 0,01), inclusas todas as despesas referentes à execução do objeto, sob pena de recusa da proposta apresentada.*

5.1.2. *Marca;*

5.1.3. *Fabricante;*

5.1.4. *Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;*

5.1.5. *Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo estabelecido no Termo de Referência, se for o caso.*

5.1.6. *Considerando que o INTO realiza cirurgias de média e alta complexidade, onde os materiais utilizados devem ser de inquestionável e comprovada qualidade de ponta, deverão as empresas licitantes apresentar a seguinte documentação:*

5.1.6.1. *Catálogos dos produtos e técnicas cirúrgicas do fabricante referente ao objeto ofertado, que demonstrem que o produto atende às especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência, traduzidos, quando necessário, por tradutor juramentado.*

5.1.6.2. *Apresentar a publicação no Diário Oficial da União do registro do produto, necessário à utilização do objeto deste Termo de Referência no Ministério da Saúde, conforme previsto na Lei nº. 6.360/1976, regulamentada pelo Decreto nº. 8.077/2013.*



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPIEDIA

- a) Caso a revalidação do registro não tenha sido publicada no Diário Oficial da União, a empresa deverá apresentar a publicação do registro antigo na Imprensa Oficial acompanhada do protocolo de revalidação, conforme disposto no art. 12, § 6º da Lei nº 6.360/1976, regulamentada pelo Decreto nº 8.077/2013. O pedido deverá ter sido protocolado no prazo previsto no art. 12, § 6º da Lei nº 6.360/1976, a saber, no primeiro semestre do último ano do quinquênio de validade, caso contrário, a empresa será desclassificada;
- b) O proponente que cotar materiais isentos de registro deverá apresentar a publicação no Diário Oficial da União da dispensa de registro, conforme previsto na Lei nº 6.360/1976, regulamentada pelo Decreto nº 8.077/2013.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes



públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 1,00 (um real)*.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. *O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, qual seja o modo aberto e fechado.*

6.11. *Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.*

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA

possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. *Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

6.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEdia

6.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.5 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade

do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.3.1. os valores dos itens que compõe do grupo não poderão ser superiores aos estimados pela Administração sob pena de desclassificação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPIEDIA

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. *Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia, todos na forma digital, ou por qualquer meio admitido em lei.*

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEdia

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- 10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:



10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPIEDIA

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI/MS) mediante requisição dirigida ao e-mail [arlic@into.saude.gov.br](mailto:arlic@into.saude.gov.br).

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPIEDIA

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEdia

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, *ou para solicitar esclarecimento*, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica por meio do e-mail [arlic@into.saude.gov.br](mailto:arlic@into.saude.gov.br).

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como poderá ser consultado no endereço [www.into.saude.gov.br](http://www.into.saude.gov.br).

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 14.11.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
- 14.11.1.1. APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
- 14.11.2. ANEXO II – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 14.11.3. ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEdia

14.11.4. ANEXO IV - MINUTA DE TERMO DE COMODATO

14.12. Em cumprimento ao disposto no artigo 53 da Lei nº 14.133/2021, este instrumento convocatório e seus anexos foram submetidos ao exame jurídico da Consultoria Jurídica da União - CJU/AGU, conforme **Parecer nº. 02045/2024/ADV-SUMÁRIO/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU.**

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 2024.

**GERMANA LYRA BÄHR**

Diretora do INTO/MS

Portaria CC/PR nº 2.140, de 28/03/2023 publicada no D.O.U. de 29/03/2023.



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPIEDIA

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO EM APARTADO**



**ANEXO II – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/20XX**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90184/2024**  
**PROCESSO Nº 25057.000285/2024-30**

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, neste ato representado pelo **INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA**, órgão do Ministério da Saúde, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 00.394.544/0212-63, sediado na Avenida Brasil, nº 500, São Cristóvão, CEP 20.940-070, Rio de Janeiro/RJ, neste ato representado por sua Diretora, **GERMANA LYRA BÄHR**, portadora da Matrícula SIAPE nº 652896, autorizada a firmar este instrumento nos termos da Portaria CC/PR nº 2.140, de 28 de março de 2023, publicada no D.O.U nº 61, Seção 2, Página 1, de 29 de março de 2023 e da Portaria COGAD/FNS nº 28, de 11 de maio de 2023 publicada no D.O.U. nº 91, Seção 2, Página 68, de 15 de maio de 2023, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90184/2024, publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo nº 25057.000285/2024-30, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **AQUISIÇÃO DE IMPLANTES ORTOPÉDICOS (PLACA CRANIAL RÍGIDA CONFECCIONADA EM TITÂNIO E OUTROS)**, especificado no item 1.1 do Termo de Referência, anexo I do Edital, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
	X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.



### **3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

- 3.1. O órgão gerenciador será o Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia.
- 3.2. *Além do gerenciador, órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:*

### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. *Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.*

### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, ou seja, de xx/xx/xxxx a xx/xx/xxxx, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e



5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:



5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPIEDIA

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPIEDIA

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEdia

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, via Sistema Eletrônico de Informações (SEI/MS) em via única, a qual, depois de lida e achada em ordem, vai eletronicamente assinada pelas partes.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**PELO INTO:**

**GERMANA LYRA BÄHR**

Diretora do INTO/MS

Portaria CC/PR nº 2.140, de 28/03/2023 publicada no D.O.U. de 29/03/2023.

**Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s):**



**Anexo da Ata de Registro de Preços nº XX/20XX**

**Cadastro Reserva**

Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



**ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/20XX**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90184/2024**  
**PROCESSO Nº 25057.000285/2024-30**

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, neste ato representado pelo **INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA**, órgão do Ministério da Saúde, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 00.394.544/0212-63, sediado na Avenida Brasil, nº 500, São Cristóvão, CEP 20.940-070, Rio de Janeiro/RJ, neste ato representado por sua Diretora, **GERMANA LYRA BÄHR**, portadora da Matrícula SIAPE nº 652896, autorizada a firmar este instrumento nos termos da Portaria CC/PR nº 2.140, de 28 de março de 2023, publicada no D.O.U nº 61, Seção 2, Página 1, de 29 de março de 2023 e da Portaria COGAD/FNS nº 28, de 11 de maio de 2023 publicada no D.O.U. nº 91, Seção 2, Página 68, de 15 de maio de 2023, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrita(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediada(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 90184/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE IMPLANTES ORTOPÉDICOS (PLACA CRANIAL RÍGIDA CONFECCIONADA EM TITÂNIO E OUTROS)**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPIEDIA

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, isto é, de xx/xx/xxxx a xx/xx/xxxx, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.1.1. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.*

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. *O valor total da contratação é de R\$...... (.....)*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, devendo ser observadas também as disposições contidas na Portaria INTO/MS nº 411, de 15 de maio de 2024.

6.2. *É vedada ao contratado a emissão de boleto bancário ou outra forma diversa da prevista na legislação como forma de cobrança de pagamentos a contratante.*



## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ (DD/MM/AAAA).
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência e na Portaria INTO/MS nº 411, de 15 de maio de 2024.



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPIEDIA

- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.
- 8.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPIEDIA

- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;



## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. **Multa:**
  1. *Moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;*
  2. *Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10% a 15% do valor do Contrato.*
  3. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10% a 15% do valor do Contrato.*
  4. *Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 15% a 20% do valor do Contrato.*
  5. *Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.*
  6. *Para infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.*



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPIEDIA

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).



11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

12.1.1. *O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

12.1.2. *A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.*

12.1.3. *Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.*

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEdia

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- 13.1.1. Gestão/Unidade:
- 13.1.2. Fonte de Recursos:
- 13.1.3. Programa de Trabalho:
- 13.1.4. Elemento de Despesa:
- 13.1.5. Plano Interno:
- 13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro/RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado, via Sistema Eletrônico de Informações (SEI/MS) em via única, a qual, depois de lida e achada em ordem, vai eletronicamente assinada pelos contraentes.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**PELO INTO:**

**GERMANA LYRA BÄHR**

Diretora do INTO/MS

Portaria CC/PR nº 2.140, de 28/03/2023 publicada no D.O.U. de 29/03/2023.

**PELA EMPRESA CONTRATADA:**

## ANEXO IV - MINUTA DE TERMO DE COMODATO

### TERMO DE COMODATO Nº XXX/20XX

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90184/2024**  
**PROCESSO Nº 25057.000285/2024-30**

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, neste ato representado pelo **INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 00.394.544/0212-63, sediado na Avenida Brasil, nº 500, São Cristóvão, CEP 20940-070, Rio de Janeiro/RJ, doravante denominado simplesmente INTO, neste ato representado por sua Diretora, **GERMANA LYRA BÄHR**, portadora da Matrícula SIAPE nº 652896, autorizada a firmar este instrumento nos termos da Portaria nº 2.140, de 28 de março de 2023, publicada no D.O.U nº 61, Seção 2, Página 1, de 29 de março de 2023 e da Portaria COGAD/FNS nº 28, de 11 de maio de 2023 publicada no D.O.U. nº 91, Seção 2, Página 68, de 15 de maio de 2023, doravante denominado COMODATÁRIO, e, do outro lado, a empresa XXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J. sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, estabelecida na XXXXXX, CEP XXXXXX, doravante denominada simplesmente COMODANTE, neste ato representada por XXXXXX, portador (a) da Carteira de Identidade nº XXXXXX, emitida por XXXXXX e inscrito(a) no CPF sob o nº XXXXXX, no uso das atribuições que lhe confere XXXXXX, tendo em vista o que consta no Processo nº 25057.000285/2024-30 e em observância às disposições do Código Civil, resolvem celebrar o presente Contrato de Comodato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90184/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente Termo de Comodato tem por objeto, o empréstimo gratuito pela COMODANTE ao COMODATÁRIO para o **GRUPO 01 - 2 (duas) caixas de instrumentais específicos e completos que contenham implantes, para cada sistema, à saber: compatíveis com parafusos do sistema 2.0 mm e sistema com placas de fraturas; 1 (uma) caixa de instrumentais específicos e completos que contenham implantes, à saber: compatíveis com parafusos do sistema 1.5/17 mm e 2 (duas) caixas de instrumentais específicos e completos que contenham implantes, à saber: compatíveis com parafusos de fixação intermaxilar e para o GRUPO 02 - 1 (uma) caixa de instrumentais específicos e completos**, conforme Termo de Referência (Anexo I) do Edital de Pregão Eletrônico nº 90184/2024, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE IMPLANTES ORTOPÉDICOS (PLACA CRANIAL RÍGIDA CONFECCIONADA EM TITÂNIO E OUTROS)**.

1.2. O presente Termo de Comodato é acessório ao Edital e seus anexos.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO COMODATÁRIO E DO COMODATANTE

##### DAS OBRIGAÇÕES DO COMODATÁRIO



2.1. Abster-se de efetuar qualquer tipo de reparo no **EQUIPAMENTO**, bem como toda e qualquer manutenção que se fizer necessária, que ficarão a cargo da **COMODANTE**.

2.2. O **EQUIPAMENTO** disponibilizado permanecerá sendo de exclusiva propriedade da **COMODANTE**, e serão entregues ao **COMODATÁRIO**, o qual não poderá vendê-lo; caucioná-lo; cedê-lo; onerá-lo, de qualquer forma, aliená-lo; ou alugá-lo a terceiros.

2.3. Cuidar para que o **EQUIPAMENTO** seja utilizado de acordo com as orientações prestadas durante o treinamento e constantes do manual de operações e deverão ser utilizados pelo **COMODATÁRIO** somente com o propósito estipulado no Termo de Referência.

2.4. Exigir da **CONTRATADA/COMODANTE** que apresente cobertura do seguro do **EQUIPAMENTO** disponibilizado, durante o prazo de vigência do comodato, contra os riscos de incêndio e suas consequências, enfim, a apresentação, pelo **COMODANTE**, da respectiva apólice de seguro.

2.5. Não poderá o **COMODATÁRIO** fazer qualquer alteração ou conserto no **EQUIPAMENTO**, sem a assistência técnica da **COMODANTE**, que deverá ser comunicada imediatamente, em caso de se verificar tal possibilidade.

2.6. No momento da devolução, o **EQUIPAMENTO** deverá apresentar-se nas mesmas condições em que o **COMODATÁRIO** os recebeu, ressalvado o desgaste natural do uso dos equipamentos.

#### DAS OBRIGAÇÕES DA COMODANTE

2.7. Disponibilizar em regime de comodato **GRUPO 01 - 2 (duas) caixas de instrumentais específicos e completos que contenham implantes, para cada sistema, à saber: compatíveis com parafusos do sistema 2.0 mm e sistema com placas de fraturas; 1 (uma) caixa de instrumentais específicos e completos que contenham implantes, à saber: compatíveis com parafusos do sistema 1.5/17 mm e 2 (duas) caixas de instrumentais específicos e completos que contenham implantes, à saber: compatíveis com parafusos de fixação intermaxilar e para o GRUPO 02 - 1 (uma) caixa de instrumentais específicos e completos.**

2.7.1. Especificação do material/produto/equipamento:

EQUIPAMENTO	Nº. DE SÉRIE	NOTA FISCAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

2.8. O **EQUIPAMENTO** será entregue ao **COMODATÁRIO** em perfeito estado de conservação e funcionamento. O **COMODANTE** fornecerá ao **COMODATÁRIO** todos os insumos e as peças de reposição, necessários ao perfeito funcionamento dos materiais/produtos/equipamentos disponibilizados.



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA

2.9. O **EQUIPAMENTO** será cedido gratuitamente ao **COMODATÁRIO**, para fins de utilização do produto fornecido pelo **COMODANTE**, conforme estipulado no Edital de Pregão Eletrônico nº. 90184/2024 e seus anexos.

2.10. Responsabilizar-se pelo suporte técnico para o pleno funcionamento do **EQUIPAMENTO**, que inclui, sem qualquer ônus para a **COMODATÁRIA**, sua instalação, treinamento inicial e regular dos usuários, execução das manutenções corretivas, preventivas e calibração, e assessoria científica.

2.11. Atender os chamados técnicos para manutenção corretiva do **EQUIPAMENTO** em um prazo máximo de 24 horas, incluindo finais de semana e feriados.

2.12. Substituir o **EQUIPAMENTO** inoperante em caso de defeito, por outro, da mesma característica, em um prazo máximo de 24 horas, de modo a não interferir na rotina do procedimento médico da **COMODATÁRIA**.

2.13. Realizar manutenção preventiva no **EQUIPAMENTO** conforme periodicidade recomendada pelo fabricante, mediante visitas com periodicidade mínima trimestral, valendo a periodicidade que for menor.

2.14. Responder por todos os custos relacionados à troca de peças no **EQUIPAMENTO**, de caráter corretivo e preventivo, incluindo os casos de falhas fortuitas relacionadas à possível variação na rede elétrica ou imperícia no uso.

2.15. Registrar todas as visitas de ordem técnica para manutenção ou inspeção do **EQUIPAMENTO**, formalizando-as através de um documento (ordem de serviço e/ou “check list”), que deverá ser entregue ao INTO ao final do serviço.

2.16. Identificar o **EQUIPAMENTO**, ao final de cada manutenção preventiva, com etiqueta contendo no mínimo as informações: data da execução, data da próxima visita (validade), nome da empresa que revisou o **EQUIPAMENTO** e rubrica do executante. A etiqueta deverá ser aprovada d’água ou estar protegida (ex. adesivo transparente).

2.17. O **EQUIPAMENTO** cedido à **COMODATÁRIA** deverá estar acompanhado de:

Duas cópias do manual de operação em idioma português;  
Carta de entrega constando todos os dados do **EQUIPAMENTO** (fabricante, modelo, número de série);  
Dados da **COMODANTE** (razão social, endereço);  
CNPJ/MF;  
Nome da pessoa de contato comercial;  
Nome da pessoa de contato para assistência técnica;  
Telefones de contato e telefone de contato para final de semana e feriado;  
Programa de manutenção preventiva (cronograma anual de visitas e “check list”).

2.18. Responsabilizar-se por qualquer suspensão da rotina do procedimento médico da



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA

**COMODATÁRIA** motivada pela falta do **EQUIPAMENTO**, por um período superior a 24 horas, o que implicará a notificação à administração superior competente para providências cabíveis. Dentre as providências a serem adotados estão glosa parcial ou total da fatura relativa ao fornecimento do produto.

2.19. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes, sinistros ou danos que possam acontecer com seu **EQUIPAMENTO**, pois a **COMODATÁRIA** não oferece seguro para tal cobertura. A **COMODANTE** efetuará a cobertura do seguro do **EQUIPAMENTO** disponibilizados em comodato, durante o prazo de vigência do comodato, contra o risco de incêndio e suas consequências, obrigando-se a apresentar ao **COMODATÁRIO** a respectiva apólice de seguro.

2.20. Comprometer-se a manter, em condição regular e normal, a cessão mediante comodato, enquanto permanecem em estoque no **COMODATÁRIO**, os produtos adquiridos para uso do **EQUIPAMENTO**.

2.21. Durante a vigência da cessão do **EQUIPAMENTO**, será avaliado o suporte técnico prestado pela **COMODANTE**, bem como, o desempenho do **EQUIPAMENTO**. As não conformidades serão comunicadas à **COMODANTE** pelo **COMODATÁRIO**. Caso as não conformidades não sejam corrigidas nos prazos estabelecidos, implicará na notificação à administração superior pra providências cabíveis.

2.22. A **COMODANTE** fornecerá ao **COMODATÁRIO** todos os insumos e as peças de reposição, necessários ao perfeito funcionamento do(s) equipamento(s), objeto deste Termo de Comodato.

2.23. A **COMODANTE** deverá fornecer o(s) equipamento(s) para uso dos insumos adquiridos, em quantidade solicitada pelo **COMODATÁRIO**, sendo responsável pela sua reposição, manutenção e calibração, devendo ser apresentada ao **COMODATÁRIO** toda documentação que contenha os procedimentos realizados, em que data, e a sua validade, de acordo com a orientação constante no manual do fabricante do(s) equipamento(s).

2.24. De acordo com a variação da demanda por equipamentos, o **COMODATÁRIO** poderá solicitar, a qualquer momento, que a **COMODANTE** entregue, sem ônus para o **COMODATÁRIO**, uma maior quantidade dos equipamentos disponibilizados, em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do respectivo pedido.

2.25. O descumprimento das obrigações da **COMODANTE** a sujeitará à aplicação das sanções previstas no Termo de Referência e na lei.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA PROPRIEDADE

3.1. O(s) equipamento(s) cedido(s) permanecerá(ão) sendo de exclusiva propriedade da **COMODANTE**, e será(ão) entregue(s) ao **COMODATÁRIO** em perfeito estado de conservação e funcionamento.

3.2. A **COMODANTE** fornecerá ao **COMODATÁRIO** todos os insumos e as peças de reposição, necessários ao perfeito funcionamento do(s) equipamento(s) cedido(s).



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA

3.3. O(s) equipamento(s) será(ão) cedido(s) gratuitamente ao COMODATÁRIO, para fins de utilização do produto fornecido pela COMODANTE, em decorrência da Ata de Registro de Preços nº XXX/20XX. O COMODATÁRIO não poderá utilizá-lo(s), senão com o propósito previsto neste instrumento, devendo-se observar a exclusividade concedida à COMODANTE, relativa ao fornecimento do(s) insumo(s) fornecidos em decorrência da Ata de Registro de Preços nº XXX/20XX, durante a vigência do presente Termo de Comodato.

3.4. O(s) equipamento(s) não poderá(ão) ser vendido(s), caucionado(s), cedido(s), onerado(s) de qualquer forma, alienado(s) ou alugado(s) a terceiros pelo COMODATÁRIO.

3.5. A COMODANTE efetuará a cobertura do seguro do(s) equipamento(s) cedido(s), durante o prazo de vigência do presente Termo de Comodato, contra os riscos de incêndio e suas consequências, obrigando-se a apresentar ao COMODATÁRIO, a respectiva apólice de seguro.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA INSPEÇÃO

4.1. A COMODANTE terá direito de inspecionar o(s) equipamento(s) cedido(s) sempre que julgar conveniente. A inspeção deverá ser realizada durante o horário normal de trabalho do COMODATÁRIO, qual seja das 08:00 às 17:00 horas. O COMODATÁRIO está obrigado a comunicar com a máxima urgência à COMODANTE qualquer deficiência ou irregularidade surgida no(s) equipamento(s) cedido(s). Para os fins aqui previstos, a COMODANTE, por seus empregados e prepostos autorizados, terá livre acesso ao local onde estiverem o(s) equipamento(s) cedido(s).

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE ENTREGA

5.1. O prazo de entrega do **EQUIPAMENTO** é de, no máximo 10 (dez) dias, contados da data da assinatura do presente Termo de Comodato, devendo ser providenciada com antecedência em relação à data de início do fornecimento do produto objeto da licitação.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1. O presente Termo de Comodato terá início na data de sua assinatura e vigorará até XX/XX/XXXX, data de término de vigência da Ata de Registro de Preços XX/XXXX, ou enquanto permanecerem em estoque no **COMODATÁRIO** os produtos adquiridos para uso no **EQUIPAMENTO**, podendo ser rescindido antes, desde que a Ata de Registro de Preços seja igualmente rescindida.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1. Caso o COMODATÁRIO infrinja as disposições do presente em relação à COMODANTE no fornecimento do(s) equipamentos constantes no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 90184/2024, o presente Termo de Comodato deverá ser rescindido, independentemente de qualquer aviso e/ou notificação judicial ou extrajudicial.

7.2. O não cumprimento de qualquer cláusula do presente Termo de Comodato constitui motivo para a

sua rescisão.

7.3. Rescindido o presente Termo de Comodato, o COMODATÁRIO estará obrigado a devolver o(s) equipamento(s) à COMODANTE, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

7.4. No momento da devolução, o(s) equipamento(s) deverá(ão) apresentar-se nas mesmas condições em que a COMODATÁRIO o(s) recebeu, ressalvado o desgaste natural do uso dos equipamentos, mediante recibo de entrega e integral quitação das obrigações da Administração decorrentes do presente Termo de Comodato. É facultado à COMODANTE o não recebimento, caso seja constatada a imprestabilidade ou desconformidade do(s) equipamento(s) com os padrões de conservação da COMODANTE, condicionado ao cumprimento pela COMODANTE de todas as suas obrigações de manutenção preventiva, corretiva, fornecimento de peças, apresentação da apólice de seguro e demais condições estabelecidas nas Subcláusulas 2.7. e seguintes, do presente Termo de Comodato.

## 8. CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

8.1. Quaisquer alterações ou revisões do objeto e obrigações estabelecidas neste Termo de Comodato deverão ser formalizadas mediante lavratura de correspondente termo aditivo, resultante do consenso entre as partes nos termos da Lei nº 14.133/21, do Decreto nº 10.024/19, Decreto nº 11.462/23, bem como observadas as disposições do Edital e de seus anexos.

## 9. CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

9.1. Este Termo de Comodato somente terá validade após sua publicação, por extrato, no Diário Oficial da União, conforme o previsto no parágrafo único do art. 54 da Lei nº 14.133/21.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. Fica eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro/RJ, para dirimir as questões derivadas deste Contrato.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Comodato foi lavrado, via Sistema Eletrônico de Informações (SEI/MS) em via única, a qual, depois de lida e achada em ordem, vai eletronicamente assinada pelos contraentes.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**PELO COMODATÁRIO:**

**GERMANA LYRA BÄHR**

Diretora do INTO/MS

Portaria CC/PR nº 2.140, de 28/03/2023 publicada no D.O.U. de 29/03/2023.

**PELA COMODATANTE:**



**MINUTA DE TERMO DE VISTORIA Nº XX/XXXX**  
**DOCUMENTO COMPLEMENTAR AO TERMO DE COMODATO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90184/2024**  
**PROCESSO Nº 25057.000285/2024-30**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/XXXX**  
**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº XX/XXXX**  
**TERMO DE COMODATO Nº XX/XXXXXXXX**  
**EMPRESA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

NOTA FISCAL	NÚMERO DE SÉRIE	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL

RELATÓRIO SINTÉTICO-DESCRIPTIVO DOS BENS				
Estado físico	Funcionamento	Próprio para o uso a que se destina?	Alguma avaria aparente? Qual?	Tem fotos anexadas?

As partes abaixo identificadas, a saber, Área de Patrimônio e Fiscal do Contrato declaram por este Termo de Vistoria, parte integrante do Edital de Licitação do Pregão nº 90184/2024 que receberam da empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx todos os bens objeto do Termo de Comodato no estado e condições acima discriminadas e se comprometem a devolvê-lo no mesmo estado em que o receberam, obedecendo e cumprindo fielmente os prazos de vigência dos respectivos instrumentos contratuais.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**Área de Patrimônio**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**Fiscal do Contrato**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**Empresa**

# Termo de Referência 171/2024

## Informações Básicas

<b>Número do artefato</b>	<b>UASG</b>	<b>Editado por</b>	<b>Atualizado em</b>
171/2024	250057-INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATO-ORTOPEDIA	RENATO DE OLIVEIRA FERNANDES	12/12/2024 08:51 (v 12.0)
<b>Status</b>	ASSINADO		

## Outras informações

<b>Categoria</b>	<b>Número da Contratação</b>	<b>Processo Administrativo</b>
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25057.000285/2024-30

## 1. Definição do objeto

### CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Trata-se de processo licitatório para **Aquisição de Implantes para Cirurgias Ortopédicas (FIXAÇÃO PLACA CRANIAL E OUTROS) para a Área de Cirurgia Crânio Maxilo Facial - ARCMF/DITRO, em regime de consignação**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 1							
ITEM	CÓD. MV	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CMM ESTIMADO	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA
05	81161204	BR0445080	MICRO PLACA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM FORMATO EM TELA, COM 0,1 a 0,2 MM DE ESPESSURA, COM MEDIDAS ENTRE 100,0 MM A 220,0 MM DE COMPRIMENTO E 50,0 MM A 180,0 MM DE LARGURA, COMPATÍVEL COM MINI PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 1,5/2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	0,7	06	08
			MINI PLACA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM FORMATO RETO, COM 0,4 MM A 0,8 MM DE ESPESSURA, CONTENDO 04				

25	81161611	BR0433710	FUROS COMPATÍVEIS COM MINI PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 1,5 MM/1,7 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	2,5	24	30
26	81161625	BR0433714	MINI PLACA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM FORMATO RETO, COM 0,4 MM A 0,8 MM DE ESPESSURA, CONTENDO 06 FUROS COMPATÍVEIS COM MINI PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 1,5 MM/1,7 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	2,5	24	30
27	81161626	BR0433714	MINI PLACA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM FORMATO RETO, COM 0,4 MM A 0,8 MM DE ESPESSURA, CONTENDO 12 a 20 FUROS COMPATÍVEIS COM MINI PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 1,5 MM/1,7 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	0,6	05	07
28	81161627	BR0434086	MICRO PLACA ORBITAL CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM FORMATO CURVADO, COM 0,4 MM A 0,8 MM DE ESPESSURA, CONTENDO 10 FUROS A 12 FUROS COMPATÍVEIS COM MINI PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 1,5 MM/1,7 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	0,8	08	10
29	81161628	BR0434087	MICRO PLACA ORBITAL CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM FORMATO CURVADO, COM 0,4 MM A 0,8 MM DE ESPESSURA, CONTENDO 6 FUROS A 8 FUROS COMPATÍVEIS COM MINI PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 1,5 MM/1,7 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	0,8	08	10
41	81181101	BR0401019	MINI PARAFUSO CIRÚRGICO AUTORROSCANTE CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 1,5 MM/1,7 MM DE	UNIDADE	16	150	188

			DIÂMETRO,4,0/5,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.				
42	81181102	BR0401020	MINI PARAFUSO CIRÚRGICO AUTORROSCANTE CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 1,5 MM/1, 7 MM DE DIÂMETRO, 6,0/7,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL	UNIDADE	19	180	225
43	81181103	BR0401622	MINI PARAFUSO CIRÚRGICO AUTORROSCANTE CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 1,5 MM/1, 7 MM DE DIÂMETRO, 8,0/9,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	8,3	80	100
44	81181104	BR0401391	MINI PARAFUSO CIRÚRGICO AUTORROSCANTE CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 1,5 MM/1, 7 MM DE DIÂMETRO, 10,0/11,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL	UNIDADE	3,3	32	40
45	81181105	BR0401019	MINI PARAFUSO CIRÚRGICO AUTORROSCANTE DE EMERGÊNCIA PARA O SISTEMA 1,5 MM/1,7 MM CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 4,0 /5,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	5,3	50	63
52	81181214	BR0450547	PARAFUSO CIRÚRGICO DE EMERGÊNCIA PARA SISTEMA 1,5 MM/1, 7 MM, CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 6,0/7, 0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	6,3	60	75
53	81181215	BR0450549	PARAFUSO CIRÚRGICO DE EMERGÊNCIA PARA SISTEMA 1,5 MM/1, 7 MM, CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 8,0/9, 0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	2,1	20	25
54	81181216	BR0450551	PARAFUSO CIRÚRGICO DE EMERGÊNCIA PARA SISTEMA 1,5 MM/1, 7 MM, CONFECCIONADO EM TITÂNIO,	UNIDADE	1,1	10	13

			COM 10/11 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.				
79	82072006	BR0443151	BROCA CIRÚRGICA CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL COM DIÂMETRO COMPATÍVEL COM PARAFUSOS 1,5 MM/1,7 MM, LIMITADOR PARA FUROS DE NO MÁXIMO 10,0 MM DE PROFUNDIDADE, 40,0 A 50,0 MM DE COMPRIMENTO, ENGATE UNIVERSAL E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	0,5	05	06
82	82072020	BR0443150	BROCA CIRÚRGICA CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL COM DIÂMETRO COMPATÍVEL COM PARAFUSOS 1,5 MM /1,7 MM, LIMITADOR PARA FUROS DE NO MÁXIMO 20,0 MM DE PROFUNDIDADE, ACIMA DE 90,0 MM DE COMPRIMENTO, ENGATE UNIVERSAL E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	0,4	04	05
01	81161113	BR0433962	PLACA CRANIAL RÍGIDA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM 0,8 MM A 1,2 MM DE ESPESSURA, FORMATO RETO, COM INTERVALO, CONTENDO 4 FUROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	1,2	12	15
02	81161114	BR0433960	PLACA CRANIAL RÍGIDA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM 0,8 MM A 1,2 MM DE ESPESSURA, FORMATO RETO, CONTENDO 6 FUROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL	UNIDADE	1,7	16	20
03	81161117	BR0433963	PLACA CRANIAL RÍGIDA CONFECCIONADA EM TITÂNIO COM 0,8 MM A 1,2 MM DE ESPESSURA, COM INTERVALO, FORMATO EM "L" PARA ESQUERDA, CONTENDO 4 a 5 FUROS	UNIDADE	2,5	24	30

			COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.				
04	81161118	BR0433963	PLACA CRANIAL RÍGIDA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, TITÂNIO COM 0,8 MM A 1,2 MM DE ESPESSURA, COM INTERVALO, FORMATO EM "L" PARA DIREITA, CONTENDO 4 a 5 FUIROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	2,5	24	30
08	81161314	BR0433960	PLACA PARA FRATURA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, MOLDÁVEL COM FORMATO RETO, COM SEGMENTO, COM 1,2 A 2,0 MM DE ESPESSURA, CONTENDO 6 FUIROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM A 2,5 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	1	09	12
09	81161315	BR0443779	PLACA PARA FRATURA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, MOLDÁVEL COM FORMATO RETO, COM 1,2 A 2,0 MM DE ESPESSURA, CONTENDO 8 A 12 FUIROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM A 2,5 MM DE DIÂMETRO DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	1	09	12
10	81161317	BR0443780	PLACA PARA FRATURA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, MOLDÁVEL COM FORMATO PARÁBOLA, COM SEGMENTO, COM 1,2 A 2,0 MM DE ESPESSURA, CONTENDO 08 A 12 FUIROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM A 2,5 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	1	09	12

11	81161321	BR0448537	PLACA PARA FRATURA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM SEGMENTO, FORMATO ANGULADO, COM 1,5 A 2,0 MM DE ESPESSURA, CONTENDO 6 a 8 FUROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM A 2,5 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	1,2	12	15
12	81161525	BR0433959	PLACA CRANIAL RÍGIDA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM FORMATO RETO, COM 0,4 A 0,7 MM,CONTENDO 4 FUROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	1,2	12	15
13	81161526	BR0433962	PLACA CRANIAL RÍGIDA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM FORMATO RETO COM SEGMENTO, COM 0,4 A 0,7 MM, CONTENDO 4 FUROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	1,7	16	20
14	81161527	BR0448397	PLACA CRANIAL RÍGIDA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM FORMATO RETO COM SEGMENTO, COM 0,4 A 0,7 MM, CONTENDO 6 FUROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	1,7	16	20
15	81161528	BR0433958	PLACA CRANIAL RÍGIDA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM FORMATO RETO, CONTENDO 12 A 20 FUROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	0,8	08	10

16	81161531	BR0433963	PLACA CRANIAL RÍGIDA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM 0,4 A 0,7 MM, FORMATO EM "L" PARA DIREITA, COM INTERVALO, CONTENDO 4 a 5 FUROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	5,2	50	63
17	81161532	BR0433963	PLACA CRANIAL RÍGIDA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM 0,4 A 0,7 MM, FORMATO EM "L" PARA ESQUERDA, COM INTERVALO, CONTENDO 4 a 5 FUROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	5,2	50	63
18	81161535	BR0434059	PLACA CRANIAL RÍGIDA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM 0,4 A 0,7 MM, FORMATO EM "L" PARA DIREITA, CPOM INTERVALO, ANGULADA, CONTENDO 6 A 7 FUROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	2,5	24	30
19	81161536	BR0434059	PLACA CRANIAL RÍGIDA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM 0,4 A 0,7 MM, FORMATO EM "L" PARA ESQUERDA, COM INTERVALO, ANGULADA, CONTENDO 6 A 7 FUROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	2,5	24	30
20	81161537	BR0433988	PLACA CRANIAL RÍGIDA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM 0,4 A 0,7 MM, FORMATO EM "Y", CONTENDO 5 a 7 FUROS COMPATÍVEIS	UNIDADE	1,2	12	15

			COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.				
21	81161538	BR0433988	PLACA CRANIAL RÍGIDA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM 0,4 A 0,7 MM, FORMATO EM DUPLO "Y", CONTENDO 5 a 7 FUIROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	0,4	04	05
22	81161541	BR0443797	PLACA CRANIAL RÍGIDA COM COMPRESSÃO CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM 0,5 A 0,8 MM, FORMATO EM GRADE, CONTENDO 8 a 12 FUIROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	0,8	08	10
23	81161542	BR0434008	PLACA CRANIAL RÍGIDA ORBITAL CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM 0,4 A 0,7 MM, FORMATO CURVADO, CONTENDO 6 A 8 FUIROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	1,7	16	20
24	81161543	BR0434007	PLACA CRANIAL RÍGIDA ORBITAL CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM 0,4 A 0,7 MM, FORMATO CURVADO, CONTENDO 10 A 12 FUIROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	1,7	16	20
38	81180704	BR0401628	PARAFUSO CIRÚRGICO PARA FIXAÇÃO INTERMAXILAR CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,0 MM DE DIÂMETRO, COM MEDIDA APROXIMADA DE 8,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	15	144	180

39	81180705	BR0401631	PARAFUSO CIRÚRGICO PARA FIXAÇÃO INTERMAXILAR CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,0 MM DE DIÂMETRO, COM MEDIDA APROXIMADA DE 11,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	15	144	180
40	81180706	BR0400996	PARAFUSO CIRÚRGICO PARA FIXAÇÃO INTERMAXILAR CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,0 MM DE DIÂMETRO, COM MEDIDA APROXIMADA DE 14,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	6,7	64	80
46	81181202	BR0401022	PARAFUSO CIRÚRGICO CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,0 MM DE DIÂMETRO, 4,0/5,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	100	960	1200
47	81181203	BR0401023	PARAFUSO CIRÚRGICO CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,0 MM DE DIÂMETRO, 6,0/7,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	83,3	800	1000
48	81181204	BR0401415	PARAFUSO CIRÚRGICO CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,0 MM DE DIÂMETRO, 8,0/9,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	66,7	640	800
49	81181205	BR0401413	PARAFUSO CIRÚRGICO CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,0 MM DE DIÂMETRO, 10,0/11,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	25	240	300
50	81181206	BR0401416	PARAFUSO CIRÚRGICO CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,0 MM DE DIÂMETRO, 12,0/13,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	10	96	120

51	81181207	BR0401417	PARAFUSO CIRÚRGICO CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,0 MM DE DIÂMETRO, 14,0/15,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	6,7	64	80
55	81181301	BR0401006	PARAFUSO CIRÚRGICO DE EMERGÊNCIA PARA SISTEMA 2.0, CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 4,0 /5,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	15	144	180
58	81181304	BR0401007	PARAFUSO CIRÚRGICO DE EMERGÊNCIA PARA SISTEMA 2.0, CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 6,0 /7,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	15	144	180
59	81181305	BR0401010	PARAFUSO CIRÚRGICO DE EMERGÊNCIA PARA SISTEMA 2.0, CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 8,0 /9,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	10,8	104	130
60	81181306	BR0401012	PARAFUSO CIRÚRGICO DE EMERGÊNCIA PARA SISTEMA 2.0, CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 10,0/11,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	10,8	104	130
57	81181303	BR0401013	PARAFUSO CIRÚRGICO DE EMERGÊNCIA PARA SISTEMA 2.0, CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 12,0/13,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	8,3	80	100
56	81181302	BR0401014	PARAFUSO CIRÚRGICO DE EMERGÊNCIA PARA SISTEMA 2.0, CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 14,0/15,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	8,3	80	100

81	82072015	BR0450292	BROCA CIRÚRGICA CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, DIÂMETRO COMPATÍVEL COM PARAFUSOS COM 2,0 MM DE DIÂMETRO, LIMITADOR PARA FUROS DE NO MÁXIMO 25,0MM DE PROFUNDIDADE, ENGATE UNIVERSAL TIPO AO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	1,25	12	15
83	82072021	BR0450293	BROCA CIRÚRGICA CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, DIÂMETRO COMPATÍVEL COM PARAFUSOS COM 2,0 MM DE DIÂMETRO, LIMITADOR PARA FUROS DE NO MÁXIMO 30,0 MM DE PROFUNDIDADE, ACIMA DE 90,0 MM DE COMPRIMENTO, ENGATE UNIVERSAL E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	0,7	06	08
30	81161814	BR0433703	PLACA MANDIBULAR, PARA FRATURAS, BLOQUEADA, POLIAXIAL, COM FORMATO RETO, COM INTERVALO, CONTENDO 4 FUROS, COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 A 2,5 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	1,25	12	15
31	81161815	BR0444242	PLACA MANDIBULAR, PARA FRATURAS, BLOQUEADA, POLIAXIAL, COM FORMATO RETO, COM INTERVALO, CONTENDO 6 FUROS, COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 A 2,5 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	1,7	15	20
32	81161816	BR0433705	PLACA MANDIBULAR, PARA FRATURAS, BLOQUEADA, POLIAXIAL, RETA, COM INTERVALO, CONTENDO 8 A 10 FUROS, COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM COM 2,0 A 2,5 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	1,25	12	15

33	81161817	BR0448291	PLACA MANDIBULAR, PARA FRATURAS, BLOQUEADA, POLIAXIAL, RETA, CONTENDO 12 A 16 FUROS, COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 A 2,5 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	0,8	08	10
34	81161821	BR0444242	PLACA MANDIBULAR, PARA FRATURAS, BLOQUEADA, POLIAXIAL, DE ÂNGULO MANDIBULAR, COM INTERVALO, CONTENDO 6 FUROS, COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 A 2,5 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	1,7	15	20
63	81181807	BR0401022	PARAFUSO CORTICAL, CONFECCIONADO EM TITÂNIO, BLOQUEADO, MULTIDIRECIONAL DE DIÂMETRO 2,0 A 2,5 MM E COMPRIMENTO: 4,0/5, 0 MM.	UNIDADE	8,3	80	100
64	81181808	BR0401023	PARAFUSO CORTICAL, CONFECCIONADO EM TITÂNIO, BLOQUEADO, MULTIDIRECIONAL DE DIÂMETRO 2,0 A 2,5 MM E COMPRIMENTO E COMPRIMENTO: 6,0/7, 0 MM.	UNIDADE	16,7	160	200
65	81181809	BR0401023	PARAFUSO CORTICAL, CONFECCIONADO EM TITÂNIO, BLOQUEADO, MULTIDIRECIONAL DE DIÂMETRO 2,0 A 2,5 MM E COMPRIMENTO E COMPRIMENTO: 8,0/9, 0 MM.	UNIDADE	16,7	160	200
66	81181810	BR0401630	PARAFUSO CORTICAL, CONFECCIONADO EM TITÂNIO, BLOQUEADO, MULTIDIRECIONAL DE DIÂMETRO 2,0 A 2,5 MM E COMPRIMENTO E COMPRIMENTO: 10,0 /11, 0 MM.	UNIDADE	16,7	160	200

67	81181811	BR0401632	PARAFUSO CORTICAL, CONFECCIONADO EM TITÂNIO, BLOQUEADO, MULTIDIRECIONAL DE DIÂMETRO 2,0 A 2,5 MM E COMPRIMENTO E COMPRIMENTO: 12,0 /13,0 MM.	UNIDADE	8,3	80	100
68	81181812	BR0400996	PARAFUSO CORTICAL, CONFECCIONADO EM TITÂNIO, BLOQUEADO, MULTIDIRECIONAL DE DIÂMETRO 2,0 A 2,5 MM E COMPRIMENTO E COMPRIMENTO: 14,0 /15,0 MM.	UNIDADE	8,3	80	100
69	81181813	BR0400997	PARAFUSO CORTICAL, CONFECCIONADO EM TITÂNIO, BLOQUEADO, MULTIDIRECIONAL DE DIÂMETRO 2,0 A 2,5 MM E COMPRIMENTO E COMPRIMENTO: 16,0 /17,0 MM.	UNIDADE	2,5	24	30
86	82072024	BR0450292	BROCA CIRÚRGICA CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL DIÂMETRO COMPATÍVEL COM PARAFUSOS COM 2,0/2,5 MM DE DIÂMETRO, LIMITADOR PARA FUIROS DE NO MÁXIMO 25,0MM DE PROFUNDIDADE, ENGATE UNIVERSAL TIPO AO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	1,25	12	15
85	82072023	BR0450293	BROCA CIRÚRGICA CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL DIÂMETRO COMPATÍVEL COM PARAFUSOS COM 2,0/2,5 MM, LIMITADOR PARA FUIROS DE NO MÁXIMO 30,0 MM DE PROFUNDIDADE, ACIMA DE 90,0 MM DE COMPRIMENTO, ENGATE UNIVERSAL E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	0,7	06	08
6	81161307	BR0436527	PLACA ANATÔMICA PARA FRATURA DO CÔNDILO CONFECCIONADA EM TITÂNIO MALLEÁVEL, COMFORMATO TRAPEZOIDAL, COM 1,0 MM DE ESPESSURA, CONTENDO 4 FUIROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO	UNIDADE	0,8	01	10

			CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.				
7	81161308	BR0436527	PLACA ANATÔMICA PARA FRATURA DO CÔNDILO CONFECCIONADA EM TITÂNIO MALEÁVEL, COM FORMATO TRAPEZOIDAL, COM BASE LARGA COM 1,0 MM DE ESPESSURA, CONTENDO 4 FUIROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	0,8	01	10

GRUPO 2							
ITEM	CÓD. MV	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CMM ESTIMADO	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA
35	81161902	BR0448518	PLACA PARA RECONSTRUÇÃO COM BLOQUEIO CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM FORMATO EM "L" PARA DIREITA, CONTENDO 20 A 24 FUIROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO BLOQUEADO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,3 A 2,7 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	1	09	12
36	81161903	BR0448518	PLACA PARA RECONSTRUÇÃO COM BLOQUEIO CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM FORMATO EM "L" PARA ESQUERDA, CONTENDO 20 A 24 FUIROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO BLOQUEADO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,3 A 2,7 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	1	09	12

37	81161904	BR0448530	PLACA PARA RECONSTRUÇÃO COM BLOQUEIO CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM FORMATO EM DUPLO ÂNGULO, CONTENDO 28 A 32 FUROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO BLOQUEADO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,3 A 2,7 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	0,7	06	08
61	81181601	BR0401424	PARAFUSO BLOQUEADO CIRÚRGICO CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,3 A 2,7 MM DE DIÂMETRO, 05/06 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	3,2	30	38
62	81181602	BR0401431	PARAFUSO BLOQUEADO CIRÚRGICO CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,3 A 2,7 MM DE DIÂMETRO, 07/08 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	3,2	30	38
70	81182001	BR0401661	PARAFUSO BLOQUEADO CIRÚRGICO CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,3 A 2,7 MM DE DIÂMETRO, 09/10 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	8,3	80	100
71	81182002	BR0401662	PARAFUSO BLOQUEADO CIRÚRGICO CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,3 A 2,7 MM DE DIÂMETRO, 11/12 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	10	96	120
			PARAFUSO BLOQUEADO CIRÚRGICO CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,3 A 2,7 MM				

72	81182003	BR0401663	DE DIÂMETRO, 13/14 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	10	96	120
73	81182004	BR0442904	PARAFUSO BLOQUEADO CIRÚRGICO CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,3 A 2,7 MM DE DIÂMETRO, 15/16 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	04	5	60
74	81182005	BR0401676	PARAFUSO BLOQUEADO CIRÚRGICO CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,3 A 2,7 MM DE DIÂMETRO, 18/19 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	0,8	08	10
75	81182201	BR0444411	PARAFUSO BLOQUEADO CIRÚRGICO DE EMERGENCIA PARA O SISTEMA 2.3 A 2.7 CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 09/10 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	0,8	08	10
76	81182202	BR0444411	PARAFUSO BLOQUEADO CIRÚRGICO DE EMERGENCIA PARA O SISTEMA 2.3 A 2.7 CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 11/12 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	0,8	08	10
77	81182203	BR0444411	PARAFUSO BLOQUEADO CIRÚRGICO DE EMERGENCIA PARA O SISTEMA 2.3 A 2.7 CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 13/14 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	0,8	08	10
			PARAFUSO BLOQUEADO CIRÚRGICO DE EMERGENCIA PARA O SISTEMA 2.3 A 2.7				

78	81182204	BR0444411	CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 15/16 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	UNIDADE	0,8	08	10
80	82072012	BR0443225	BROCA CIRÚRGICA CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL COM 2,0 MM DE DIÂMETRO, LIMITADOR PARA FUROS DE NO MÁXIMO 30,0 MM DE PROFUNDIDADE, ENGATE UNIVERSAL TIPO AO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL..	UNIDADE	1,25	12	15
84	82072022	BR0443151	BROCA CIRÚRGICA CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL COM 2,0 MM DE DIÂMETRO, LIMITADOR PARA FUROS DE NO MÁXIMO 30,0 MM DE PROFUNDIDADE, ACIMA DE 90,0 MM DE COMPRIMENTO, ENGATE UNIVERSAL E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL..	UNIDADE	0,8	08	10

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justifica constante do **Estudo Técnico Preliminar**.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período com renovação das quantidades registradas, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados conforme período atribuído no instrumento de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato, ou outro instrumento hábil que o substitua, se houver, oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se em Tópico específico dos **Estudos Técnicos Preliminares N° 56/2024**, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual 2024**, conforme detalhamento a seguir:

- Documento de Formalização da Demanda - DFD: 218/2023
- ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-000024/2024
- Data de publicação no PNCP: 20/05/2023
- Id do item no PCA: 1163 ao 1246
- Classe/Grupo: 6515 - INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS
- Identificador da Futura Contratação: 250057-90127/2023

## 3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos **Estudos Técnicos Preliminares**, apêndice deste **Termo de Referência**.

## 4. Requisitos da contratação

### **Sustentabilidade**

4.1. Tendo em conta inexistência de critérios específicos de sustentabilidade para o presente objeto a Contratada, na execução do fornecimento, deverá atender, sempre que possível e cabível, os seguintes critérios, em conformidade com o art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, a saber:

4.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtores sustentáveis ou de menor impacto ambiental relação aos seus similares;

4.1.3. Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.1.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

### **Subcontratação**

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **Obrigações do Contratante (art. 92, X, XI e XIV)**

4.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

4.5. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

4.6. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

4.7. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

4.8. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.9. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

4.10. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

4.11. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

4.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

4.13. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

4.14. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

4.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**Obrigações do Contratado (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

4.16. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.17. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.18. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.19. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.20. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.21. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.22. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.23. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.24. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

4.25. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.26. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.27. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

4.28. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

4.29. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

4.30. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

4.31. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.32. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

4.33. Prestar garantia dos materiais contratados e fornecidos, pelo período mínimo de 60 (sessenta) meses contados da entrega definitiva do material. Durante este período, a garantia deverá ser prestada, sem quaisquer ônus para o INTO.

4.34. Traduzir e autenticar todos os documentos que apresentar ao INTO por tradutor público juramentado sempre que for solicitado.

4.35. Disponibilizar todos os itens do instrumental de colocação, em regime de comodato, atualizados e em perfeitas condições de uso, que deverão ser substituídos quando solicitado pelo INTO.

4.36. Disponibilizar, caso seja solicitado, um orientador técnico, sem qualquer ônus para o INTO, exclusivamente para esta função, caso haja necessidade de uso ou montagem das OPME no estabelecimento de saúde.

4.37. Promover a capacitação da equipe de profissionais do INTO, para a correta utilização das OPME, caso seja solicitado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da solicitação.

### **Descrição dos Requisitos da Contratação**

4.38. A descrição dos Requisitos da Contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos **Estudos Técnicos Preliminares**, apêndice deste **Termo de Referência**.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5.1. Condições de Entrega**

5.1.1. Os bens serão fornecidos em **regime de consignação**, cujo prazo para entrega será estabelecido na requisição. As reposições dos materiais deverão ser feitas no máximo em **48 (quarenta e oito) horas**, salvo em situações de urgência, em remessa única a cada solicitação, no seguinte endereço: Avenida Brasil, nº. 500, 2º andar, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.940-070, **Área de Dispositivos Implantáveis (ADIMP/DILOGH)**, no horário das 07:00 às 16:00 horas.

5.1.2. Em situações de urgência, a entrega deverá ocorrer no prazo máximo de **04 (quatro) horas**, contadas da emissão da Autorização de Fornecimento em Consignação (AFC).

5.1.3. A Contratada entregará os produtos acompanhados de Nota Fiscal de Simples Remessa, conforme ajuste do Sistema Nacional de Informações Econômicas e Fiscais (SINEF) nº 02, de 25 de abril de 2024, publicado no DOU de 29 de abril de 2024.

5.1.4. Qualquer despesa inerente ao processo de logística para entrega do material ficará sob a responsabilidade única e exclusiva da Contratada.

5.1.5. Considerando que as OPME serão fornecidas em consignação, o INTO está condicionado a pagar somente pelos materiais efetivamente utilizados nos pacientes, após necessária auditoria médica e o devido faturamento em nome do paciente.

5.1.6. Caberá única e exclusivamente à Contratada arcar com as despesas de embalagem, frete e despachos inerentes aos itens a serem substituídos, inclusive seguro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a sua notificação.

5.1.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.2. As solicitações de fornecimento serão realizadas diretamente pela Divisão de Traumatologia e Ortopedia (DITRO) e **encaminhadas para a Área de Dispositivos Implantáveis (ADIMP/DILOGH)**.

5.3. Em atendimento ao disposto no art. 31 da Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, a apresentação dos materiais deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa, sobre as características, marca, procedência, número do lote, qualidade, composição, preço, garantia, prazo de validade, origem e outros, bem como sobre os riscos que apresentarem à saúde e à segurança dos usuários, quando for o caso.

5.4. Confirmada a utilização do material, a área requisitante emitirá a AU (Autorização de Uso), que após o devido empenho será enviada à Contratada para proceder, conforme o Ajuste SINIEF nº 02 /2024:

5.4.1. A utilização do implante ou prótese em ato cirúrgico, pela Contratante, deverá ser informada à empresa remetente que emitirá, dentro do período de apuração do imposto:

I – NF-e de entrada, referente à devolução simbólica, contendo os dados do material utilizado pelo hospital ou clínica, com o respectivo destaque do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias– ICMS, se houver;

II – NF-e de faturamento que deverá além dos demais requisitos exigidos na legislação tributária:

a) Ser emitida com o destaque do imposto se houver;

b) Indicar no campo Informações Complementares a observação “Procedimento autorizado pelo Ajuste SINIEF nº 11/2014”;

c) Indicar o número da chave de acesso da NF-e prevista no § 1º da cláusula primeira no campo “chave de acesso da NF-e referenciada”.

5.4.2. Os itens a serem adquiridos devem possuir **validade mínima de 12 meses**.

### 5.5. Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

5.5.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

5.5.2. **NÃO** haverá necessidade de garantia contratual dos bens complementar à garantia legal.

## 6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), a saber:

FUNÇÃO	NOME DO SERVIDOR	CARGO	MATRÍCULA
Fiscal Técnico	André da Silveira Braune	Médico Ortopedista	349.128-0
Fiscal Técnico	Eduardo Pantoja Bastos	Odontólogo	156.786-6
Fiscal Técnico	Rodrigo Luiz Moreira Gomes	Odontólogo	153.391-7

Fiscal Técnico	Rodrigo Pinheiro Ribeiro	Odontólogo	169.399-9
----------------	-----------------------------	------------	-----------

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

### **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

### **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

- 6.9.1. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).
- 6.9.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).
- 6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).
- 6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).
- 6.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.11. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### **Recebimento do Objeto**

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8.1. O órgão se responsabiliza pela adequada armazenagem e devolução dos bens, consignados e não utilizados, em perfeito estado de conservação, os termos da cláusula 5º do AJUSTE SINEF nº 2 de 25 de abril de 2024.

### ***Do empenho global***

7.9. Considerando que a pretendida aquisição se dará por meio de regime de fornecimento por **consignação** será adotada a emissão de empenho na modalidade global na forma do § 3º do art. 60 da Lei nº 4.320/64.

7.9.1. O referido empenho na modalidade global destina-se a atender despesa com finalidade determinada e quantificada, mas cuja liquidação e pagamento devam ocorrer em várias parcelas no decorrer do exercício à medida que partes ou etapas pré-definidas da obrigação sejam cumpridas, consoante previsão constante do § 3º do art. 60 da Lei nº 4.320/64.

7.9.2. Eventual saldo residual do referido empenho deverá ser imediatamente anulado em até 01 (um) ano após o fim da respectiva Ata de Registro de Preços ou na hipótese de não celebração do respectivo contrato durante a vigência da Ata de Registro Preços.

7.10. A emissão de empenho global não se traduz na obrigação de pagamento integral de seu valor pela Contratada ou na obrigação de entrega de todo o material empenhado pela Contratante.

7.11. Os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos de material efetivamente entregues/executados e utilizados em conformidade com as requisições da Contratante.

7.12. Considerando a adoção do regime de fornecimento por consignação os eventuais órgãos participantes ficam obrigados a emitir empenho global vedada, portanto, a emissão de empenho ordinário.

### ***Liquidação***

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.13.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.16. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.22. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.28. É vedada à CONTRATADA a emissão de boleto bancário ou outra forma diversa da prevista na legislação como forma de cobrança de pagamentos a CONTRATANTE.

### **Cessão de crédito**

7.29. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.29.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.30. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.31. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.32. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.33. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### *Forma de seleção e critério de julgamento da proposta*

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR GRUPO**.

8.2. A (s) empresa (s) classificada (s) em primeiro lugar no (s) item (ns) constante (s) deverão encaminhar os documentos abaixo elencados, sob pena de recusa da proposta, a saber:

8.2.1. Publicação no Diário Oficial da União do registro do produto, necessário à utilização do objeto deste Termo de Referência no Ministério da Saúde, conforme previsto na Lei nº. 6.360 /1976, regulamentada pelo Decreto nº 8.077/2013.

a) Caso a revalidação do registro não tenha sido publicada no Diário Oficial da União, a empresa deverá apresentar a publicação do registro antigo na Imprensa Oficial acompanhada do protocolo de revalidação, conforme disposto no art. 12, § 6º da Lei nº. 6.360/1976, regulamentada pelo Decreto nº 8.077/2013. O pedido deverá ter sido protocolado no prazo previsto no art. 12, § 6º da Lei nº 6.360/1976, a saber, no primeiro semestre do último ano do quinquênio de validade, caso contrário, a empresa será desclassificada.

b) O proponente que cotar materiais isentos de registro deverá apresentar a publicação no Diário Oficial da União da dispensa de registro, conforme previsto na Lei nº 6.360/1976, regulamentada pelo Decreto nº 8.077/2013.

8.2.2. Apresentação de catálogos dos produtos referentes ao objeto ofertado, em Língua Portuguesa, que demonstrem que o (s) produto (s) atende (m) às especificações exigidas.

### *Forma de fornecimento*

8.3. O fornecimento do objeto será **parcelado**.

### *Exigências de habilitação*

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

8.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU :** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.13. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar ainda a habilitação jurídica por meio de:

8.13.1. Autorização Comum de Funcionamento, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde, bem como Licença de Funcionamento, expedida pela Secretaria de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal (local) da sede do licitante.

**a)** A Licença deverá estar dentro do prazo de validade. Nos Estados ou Municípios em que os órgãos competentes não estabelecem validade para a Licença, deverá ser apresentada a respectiva comprovação legal.

**b)** Caso a revalidação da Licença de Funcionamento para o presente exercício não tenha sido concedida, a proponente deverá apresentar a Licença de Funcionamento do exercício anterior acompanhada do protocolo de revalidação, sendo necessário que esta tenha sido requerida até 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência, conforme disposto no art. 22 do Decreto nº 74.170/1974.

c) Sendo possível a consulta e obtenção do respectivo documento comprobatório por meio a consulta a sítios oficiais e/ou equivalentes o Pregoeiro poderá diligenciar para tanto.

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **[Estadual/Distrital]** ou **[Municipal/Distrital]** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda **[Estadual/Distrital]** ou **[Municipal/Distrital]** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **[Estadual/Distrital]** ou **[Municipal/Distrital]** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

- 8.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de **10% do valor total estimado da contratação** OU valor total estimado da parcela pertinente.
- 8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

- 8.29. **Para comprovação de qualificação técnico-operacional**, exige-se experiência comprovada na entrega de bens similares, equivalente a **4% do valor total estimado da contratação**, conforme artigo 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);
- 8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 8.30.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);
- 8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões

seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

8.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.32.1. As sociedades empresárias estrangeiras deverão cumprir essas exigências mediante a apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro junto à entidade profissional competente no Brasil.

8.32.2. A **comprovação de aptidão** para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação (ou do item pertinente), deverá ser realizada por meio da **apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou, quando for aplicável, pelo conselho profissional competente.**

8.32.3. Os **atestados de capacidade técnica** poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.32.4. **O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados**, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.36. As demais especificações e/ou exigências estarão devidamente detalhadas no ETP, no Edital e no Contrato.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Adoção do orçamento sigiloso, sob a justificativa de que a não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração de modo que os proponentes apresentem lances realmente competitivos e de acordo sua efetiva capacidade de honrá-los com lucratividade adequada. Nesse contexto de ponderação de princípios, entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela administração, atendendo ao artigo 24º, da Lei 14.133/2021 ]

## 10. Adequação orçamentária

10.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil na forma do art. 17 do Decreto nº 11.462 /2023.

## 11. Do comodato

11.1. **Havendo comodato**, a contratada deverá ceder, a título gratuito, todos os materiais e equipamentos especificados / pormenorizados no Estudo Técnico Preliminar, durante a vigência da ata de registro de preços referente à presente ou futura aquisição. O(s) conjunto(s) de instrumental(is) específico(s) e completo(s) e necessário(s) cedido(s) para a realização da(s) cirurgia (s) com o(s) respectivo(s) implante(s) solicitado(s) **deverá(ão) estar devidamente registrado(s) na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)**, em consonância com a Lei nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis.

## 12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Fiscal Técnico.

**ANDRE DA SILVEIRA BRAUNE**

Médico



Assinou eletronicamente em 12/12/2024 às 08:51:10.

Despacho: Fiscal Técnico.

**RODRIGO PINHEIRO RIBEIRO**

Odontólogo



*Assinou eletronicamente em 11/12/2024 às 11:14:45.*

Despacho: Responsável por auxiliar a área técnica na elaboração do Estudo Técnico Preliminar e na Revisão e Finalização do Termo de Referência

**LUIZ MAURO ESPERANCA**

Agente Administrativo



*Assinou eletronicamente em 06/12/2024 às 18:48:02.*

Despacho: Integrante da Equipe Responsável pela Elaboração da Minuta do Termo de Referência

**RENATO DE OLIVEIRA FERNANDES**

Agente Administrativo



*Assinou eletronicamente em 06/12/2024 às 15:41:49.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I (sigiloso)
- Anexo II (sigiloso)

# Estudo Técnico Preliminar 56/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 25057.000285/2024-30

## 2. Descrição da necessidade

O presente Estudo refere-se à necessidade de aquisição de implantes ortopédicos para o Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia, para atender às demandas : Aquisições de Implantes para Área de Cirurgia Crânio Maxilo Facial /FIXAÇÃO (PLACA CRANIAL E OUTROS, 84 ITENS), em regime de consignação, da Divisão de Traumato-Ortopedia (DITRO/INTO).

O Instituto atende, exclusivamente, paciente do Sistema Único de Saúde (SUS) e se destaca como um centro de excelência no tratamento de doenças e traumas ortopédicos, de média e alta complexidade, havendo a necessidade crescente da busca pela garantia da qualidade dos serviços prestados.

Com o intuito de proporcionar à população, assistência à saúde de qualidade, este Instituto tem praticado notórias atividades assistenciais. O progresso atingido proporciona assistência em consonância com o novo critério de políticas sociais, a variedade do perfil de pacientes, a realização de pesquisas clínicas; a inovação tecnológica, a formação e qualificação de recursos humanos – nível superior e técnico – para a rede do SUS, oferecendo suporte fundamental para a organização da saúde pública no Brasil.

A presente solicitação observa os tipos de cirurgias que são realizadas pelas áreas técnicas de cirurgias do INTO. A oferta e aplicação de técnicas terapêuticas de alta complexidade aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) é uma das principais missões de nossa Instituição. Sendo assim espera-se que a diversidade e qualidade dos implantes ortopédicos adquiridos sejam compatíveis com a representatividade que a Instituição tem, tanto no cenário nacional, quanto internacional.

A Traumatologia ortopédica atua em lesões em qualquer segmento do aparelho musculoesquelético, seja no esqueleto apendicular (clavícula, úmero, rádio, ulna, fêmur, patela, tíbia e fíbula) e em parte do esqueleto axial, lesões do anel pélvico e fraturas do acetábulo. Diante da grande variedade de segmentos ósseos e lesões a serem tratadas, faz-se necessário que o arsenal de implantes ortopédicos para a realização das cirurgias seja igualmente variado e específico, visando os melhores resultados possíveis no processo de assistência aos pacientes. Neste sentido, torna-se necessária esta aquisição por se tratar de implantes de uso contínuo da Unidade, que possui grande demanda, visando evitar o desabastecimento do INTO.

Quanto à necessidade da Área de Cirurgia Crânio Maxilo Facial, apresentaremos, a seguir, uma descrição e justificativa do uso e solicitação pormenorizada dos grupos que compõem este processo dando ênfase na sua importância e às características e recursos funcionais de cada tipo de material contido em cada grupo.

O objetivo do tratamento das lesões ósseas faciais, independentemente de sua origem, é o restabelecimento da estética e função da região afetada. Para isso, faz-se necessário o adequado restabelecimento da anatomia óssea, com a adequada redução e fixação dos fragmentos ósseos que se encontram em desarmonia, assim como a fixação de qualquer recurso terapêutico, seja de origem autógena, alógena ou homogênea para o mesmo fim. Desta forma, o grupo 01 possui o pedido de 04 sistemas diferentes, porém inter-relacionados que são passíveis de uso em um mesmo paciente, no mesmo ato cirúrgico. Os parafusos de um sistema com maior diâmetro podem ser utilizados como de emergência no diâmetro inferior, diminuindo a necessidade de estoque e minimizando custos. Outrossim, permite melhor fluxo de trabalho, com redução do número de instrumentais,

diminuindo a curva de aprendizado de sistemas diferentes, facilitando o processo de limpeza e esterilização, assim como a logística de disponibilidade do mesmo. Cada região do crânio ou face possui características próprias que necessitam de especificações diferentes dos materiais para seu tratamento.

Os terços médio e superior da face apresentam espessura óssea reduzida e baixa exigência mecânica devido a sua imobilidade, ausência de articulações e seus consequentes movimentos musculares, assim como espessura da pele delgada. O material de fixação a ser utilizado não precisa apresentar grande resistência mecânica assim como deve possuir espessura reduzida para que não seja aparente externamente, através da pele(4).

A região do terço inferior, representado pela mandíbula, possui características distintas. Por se apresentar como a única articulação do crânio, há grande trabalho muscular e diversos vetores de força se fazem presentes em sua funcionalidade. Desta forma, exige um material robusto, compatível com sua exigência mecânica(5)

Por questões técnicas de fabricação, fato que ocorre com a maioria dos materiais, é necessário que haja compatibilidade entre a dimensão dos parafusos, seus recursos e as placas. Desta forma é imperativo que a origem dos itens seja do mesmo fabricante.

A utilização do titânio comercialmente puro como material referenciado baseia-se no fato de o mesmo ser um metal de excelente biocompatibilidade, com propriedades mecânicas como ductibilidade, alongamento, dureza, módulo de elasticidade, corrosão e não magnetismo adequados às exigências apresentadas. O mesmo é o padrão ouro mundial para materiais de fixação óssea e próteses craniofaciais ou ortopédicas.(3).

As brocas são específicas e fabricadas em aço inoxidável tendo dimensões compatíveis com o diâmetro dos parafusos que estão sendo utilizados. Cabe ressaltar que essas brocas, com o tempo e uso repetido, apresentam fadiga do material, se deterioram, entortam e podem quebrar, tendo vida média curta. Daí a necessidade de estoque para reposição com o uso. Reforçamos que por questões de fabricação estes materiais devem ter a mesma procedência, levando-se em consideração a necessidade de compatibilidade dos materiais de colocação e de adaptação das placas.

As placas de menor espessura serão utilizadas para osteossíntese, fixação óssea, específica em região de terços médio e superior da face, decorrentes de sequelas oriundas de lesões congênitas ou adquiridas por trauma ou patologia. O objetivo do tratamento é realizar a imobilização dos fragmentos ósseos e permitir a adequada formação do calo ósseo e consequente consolidação da lesão(1)(4).

Conforme descrito, estas regiões anatômicas apresentam baixa exigência mecânica e alta sensibilidade à espessura das placas utilizadas, devido à espessura delgada da pele. Por conseguinte, o material solicitado apresenta placas de baixo perfil, parafusos de 1,1 mm a 1,3mm na região do terço superior da face e parafusos de 1,5 a 1,7 mm para o terço médio. Esta faixa de diâmetro permite a ampla concorrência, abrangendo diversos fabricantes.

A diversidade de modelos que permite ao cirurgião utilizar a mais adequada a demanda sugerida pelo cenário específico apresentado. Diferente das outras placas, a tela de titânio possui indicação quando há necessidade de reconstruir uma área, não um segmento, como por exemplo a região do soalho da órbita, evitando desta forma a necessidade de utilização de enxertos ósseo, o que diminui a morbidade e o tempo operatórios.

Parafusos de emergência são necessários neste grupo devido a eventual necessidade de substituição dos parafusos originais de 1,1 mm a 1,3mm ou 1,5mm a 1,7 mm devido à baixa qualidade óssea, o que leva a um maior diâmetro no furo e a consequente necessidade de um diâmetro maior de parafuso para adequada estabilidade do conjunto. São nomeados parafusos de emergência.

Outro sistema possui parafusos de 2,0 mm a 2,5 mm, desta forma permitindo a ampla concorrência, com placas de titânio compatíveis com os mesmos, possuindo variadas espessuras. Este grupo agrega os modelos de placas com maior flexibilidade de utilização (1)(5)(6).

As mesmas possuem perfis de espessura diversos, permitindo sua utilização em consonância com a exigência mecânica que se apresenta no cenário específico. Em virtude da grande variabilidade das fraturas e

reconstruções ósseas que se apresentam no INTO faz-se necessário a disponibilidade de variados modelos e configurações das placas tendo algumas indicações específicas e permitindo ao cirurgião realizar a melhor fixação possível para cada paciente. Podem ser utilizadas tanto em terço médio como inferior.

Parafusos de imobilização intermaxilar compõe este grupo devido ao material aplicativo para sua utilização ser o mesmo deste grupo. São utilizados para permitir o adequado ajuste da oclusão dentária durante o ato operatório permitindo a adequada recuperação da relação entre as arcadas e sua consequente função mastigatória. Parafusos de emergência, sem distinção de espessura, desta forma permitindo a ampla concorrência pois cada empresa possui características que atenderão especificamente sua linha de produto, são necessários neste grupo devido a eventual necessidade de substituição dos parafusos originais de 2,0 mm devido à baixa qualidade óssea, o que leva a um maior diâmetro no furo e a consequente necessidade de um diâmetro maior de parafuso para adequada estabilidade do conjunto.

Este grupo 01, também possui placas bloqueadas com parafusos de 2,0 a 2.5 mm que possuem aplicação em casos específicos de fraturas cominutivas ou com tecidos com baixa densidade óssea, onde o risco de afrouxamento do parafuso se eleva perante casos semelhantes sem estas mesmas características. Parafusos de emergência também são necessários para situações de não conformidade entre o orifício confeccionado e os parafusos do diâmetro padrão (1).

Placas bloqueadas apresentam ranhuras no interior de seus furos permitindo que o parafuso trave na própria placa, além de sua fixação no tecido ósseo. Este modelo permite alto ganho mecânico com aumento da rigidez do conjunto e consequentemente ganho de estabilidade final. Outro benefício é a eliminação do risco de processo inflamatório devido a necrose óssea adjacente ao parafuso. Quando em função, o movimento pode propiciar o afrouxamento do parafuso no osso e este iniciar um processo inflamatório local que levará a necessidade de novo procedimento cirúrgico para remoção do mesmo. Com o sistema de bloqueio, o parafuso permanecerá travado na placa, o que apesar da possível necrose óssea que poderia causar seu afrouxamento, não permitirá movimento, eliminando o processo inflamatório e suas consequências.

O grupo 02 possui as placas com maior espessura e comprimento, parafusos de 2,4 mm a 2,7 mm, desta forma permitindo a ampla concorrência, utilizadas para o terço inferior da face, em situações de altíssima exigência mecânica. Estas apresentam a resistência adequada para substituir segmentos ósseos ausentes, áreas com fraturas cominutivas (fraturas com diversos fragmentos), fixação de enxertos ósseos e área com tecido ósseo de pequena dimensão e/ou qualidade (1)(5)(6).

São placas que devido a sua rigidez limitam os movimentos de báscula e rotação mandibular, permitindo estabilidade necessária a consolidação óssea, assim como a manutenção da função.

Parafusos de emergência, sem distinção de espessura, desta forma permitindo a ampla concorrência pois cada empresa possui características que atenderão especificamente sua linha de produto, são necessários neste grupo devido a eventual necessidade de substituição dos parafusos originais de 2,4 mm a 2,7 mm devido à baixa qualidade óssea, o que leva a um maior diâmetro no furo e a consequente necessidade de um diâmetro maior de parafuso para adequada estabilidade do conjunto.

Os benefícios das placas bloqueadas são similares aos já descritos.

Em suma, os materiais são de extrema importância para a boa realização dos casos complexos atendidos no INTO visando preservar o bom atendimento e qualidade dos mesmos.

Cumpra-se informar que por questões de fabricação, estes materiais necessitam de compatibilidade adequada para o seu funcionamento.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
ÁREA DE CIRURGIA CRÂNIO MAXILO FACIAL (ACCMF / DITRO / COAS / INTO)	André da Silveira Braune

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Poderão participar do futuro Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

- Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SicaF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2 O prazo de validade dos bens ofertados não poderá ser inferior a **12 (Doze) meses** do prazo de validade declarado pelo fabricante, contados da data de recebimento definitivo;

4.3 Os bens serão fornecidos em regime de consignação, cujo prazo para entrega será estabelecido na requisição. O regime de consignação está preconizado conforme Manual de OPME .

4.4 Em atendimento ao disposto no art. 31 da Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, a apresentação dos materiais deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa, sobre as características, marca, procedência, número do lote, qualidade, composição, preço, garantia, prazo de validade, origem e outros, bem como sobre os riscos que apresentarem à saúde e à segurança dos usuários, quando for o caso.

4.5 Por uma questão técnica, de intercompatibilidade entre os componentes, todos os itens adquiridos nos diferentes grupos deverão ser da mesma marca (mesma marca por grupo), sendo assim, a empresa deverá oferecer preço para todos os itens, conforme justificativa apresentada no Tópico Parcelamento ou não da Solução deste ETP.

4.6 A(s) Empresa(s) vencedora(s) do certame licitatório deverá disponibilizar apresentação do material e treinamento para a unidade envolvida do INTO, mediante agenda estabelecida com o Centro de Atenção Especializada (CAE) da Divisão de Traumatologia-Ortopedia.

4.7 Documentação sanitária - Os itens constantes no futuro certame, são considerados dispositivos médicos segundo a RDC nº 751 de 15 de setembro de 2022 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Portanto, se faz necessária exigência dos seguintes documentos:

- Documentos comprobatórios de Notificação (Ministério da Saúde);
- Autorização Comum de Funcionamento (ANVISA); e
- Licença de Funcionamento (VISA Estadual ou Municipal).
- Registro do produto junto à ANVISA.

### 5. Levantamento de Mercado

Com relação ao Levantamento de Mercado, informamos que o INTO é uma instituição de saúde, que presta atendimento direto aos pacientes, possuindo, portanto, uma equipe formada de servidores públicos para prestação de serviços assistenciais aos pacientes, não cabendo, portanto, a terceirização de um serviço.

Conforme relatado anteriormente, esses materiais amplamente utilizados no Instituto, especialmente nos pacientes ortopédicos com cirurgias ortopédicas para Área de Cirurgia Crânio Maxilo Facial, sendo essenciais para garantir e manter a assistência. Além disso, os materiais são implantáveis, não cabendo uma solução de mercado como a locação, por exemplo.

Desse modo, não identificamos outra solução de mercado possível, além da aquisição dos insumos necessários para continuidade da assistência aos pacientes que dependam desse tipo de cuidado, de forma a garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas de forma contínua, eficiente e confiável.

Sendo assim, os técnicos responsáveis identificaram os materiais necessários, considerando os diferentes perfis de pacientes atendidos pelo INTO, de modo a garantir o atendimento adequado e seguro aos mesmos.

Os descritivos dos itens foram revisados pela área técnica responsável a fim de atualizar com o que há disponível no mercado, atendendo à necessidade do INTO e permitindo a competição do certame.

Baseado nos processos licitatórios anteriores e conhecimento desta área técnica do mercado, estão listados abaixo os potenciais fornecedores para o presente ETP:

- **BONE SURGICAL EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELLI;**
- **PERPRIMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA;**
- **W FELIPE DA SILVA;**
- **CM CIRÚRGICA E COMÉRCIO LTDA;**
- **ENDOSURGICAL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA;**
- **TRAUMEC TECNOLOGIA IMPLANTES ORTOPÉDICOS IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA;**
- **SHELTER MEDICAL PRODUTOS MÉDICOS LTDA;**
- **FLEX LAB COMERCIO DE MAT. E HOSP. LTDA;**
- **E, R. TRINDADE;**
- **ORIGINAL IMPLANTES E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA;**
- **SURGICALLMED COMÉRCIO LTDA;**
- **DENUO MEDIC IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA;**
- **GE HOSPITALAR LTDA;**
- **MB SOLUÇÕES EM PRODUTOS PARA SAÚDE IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA;**
- **BIO2 IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA;**
- **MF DA S FRANCO EIRELLI;**
- **PROSMED PRODUTOS MÉDICOS COMÉRCIO LTDA;**
- **ENDOSURGICAL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA;**
- **UNIMEK S/A;**
- **IMPLANSUL COMÉRCIO DE IMPLANTES ORTOPÉDICOS DO SUL LTDA;**
- **BRUMED MEDICAL LTDA;**
- **ATHENA COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELLI.**

A especificação técnica de cada um dos itens, bem como seu agrupamento foi realizada pela equipe técnica da Área de Cirurgia Crânio Maxilo Facial, com base no conhecimento e disponibilidade do mercado, aliado às metas de atendimento institucional para cirurgias de alta e média complexidade.

Cabe observar que os bens a serem futuramente adquiridos são considerados comuns pela Administração Pública, conforme Art. 6º, Inciso XIII, da Lei Federal 14.133/2021, que define bens e serviços comuns como "aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado".

Tendo em vista a impossibilidade de prever a quantidade exata de material a ser efetivamente utilizada em um período de 12 meses, a necessidade de entregas parceladas e a possibilidade de oferecer a outros órgãos da Administração Pública a participação na futura Licitação, favorecendo, assim, o princípio da economicidade pelo ganho de escala da aquisição, a pretendida aquisição deverá ocorrer pela Modalidade Pregão Eletrônico,

utilizando-se o procedimento de Sistema de Registro de Preços, com o fornecimento em regime de consignação. O critério de julgamento será o de menor preço por grupo, desde que os materiais atendam aos requisitos técnicos mínimos exigidos por este Estudo, pelo Termo de Referência e pelo Edital.

A composição do Mapa de preços foi realizada pela Área de Pesquisa de Preços - ARPEC, utilizando o Painel do Preços do Governo Federal, contratações similares feitas pela Administração Pública, sítios eletrônicos de empresas especializadas e a consulta direta aos fornecedores listados acima além de outros potenciais fornecedores identificados nas consultas públicas, conforme verifica-se no **Anexo 1** deste ETP.

Pretende-se alcançar, com a futura contratação, a conciliação entre os menores custos possíveis e o atendimento adequado das necessidades da Instituto.

### **Justificativa para adotar o Regime de Consignação**

A solução encontrada diante do exposto foi a de aquisição de implantes ortopédicos, em regime de consignação, para atender às demandas da Área de Cirurgia Crânio Maxilo Facial - ARCMF.

O regime de consignação se faz necessário, uma vez que:

- a. O INTO adquire um grande número de implantes ortopédicos específicos a prática assistencial de Ortopedia e Traumatologia de alta complexidade, por meio de diferentes processos licitatórios, para a execução de inúmeras técnicas cirúrgicas necessárias ao tratamento dos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) encaminhados ao instituto.
- b. As atas em que tais insumos são adquiridos, além de extremamente específicas ao modelo assistencial do INTO, têm duração de 12 meses para que sejam consumidas.

Essas razões implicam que a cada 12 meses, novas atas para a aquisição de novos implantes sejam realizadas, e destacamos que pelo princípio da competitividade, não necessariamente, os novos produtos adquiridos, serão das mesmas marcas e características daqueles licitados anteriormente.

Sendo assim, caso não haja consumo por consignação, a aquisição deverá se dar por regime patrimonial, com duas consequências básicas graves à gestão do bem público:

- uma elevação relevante dos custos para a aquisição de insumos cirúrgicos em cada uma das atas licitadas para cada uma das técnicas cirúrgicas necessárias ao funcionamento do INTO;
- a obrigatoriedade da aquisição de novos equipamentos específicos a cada nova técnica cirúrgica, anualmente, a cada nova licitação de OPME.

Sendo assim, a Área de Cirurgia Crânio Maxilo Facial entende que, no caso das licitações de OPME, o regime de consignação proporciona ao SUS e à gestão pública, aumento da segurança da assistência cirúrgica aos pacientes tratados no INTO, objetivo final da existência da Instituição, e controle adequado dos custos operacionais, melhorando a gestão.

### **Justificativa para o Comodato**

Para a realização de cirurgias craniomaxilofaciais é necessária a utilização de equipamentos específicos (bandejas de instrumentais cirúrgicos) para a colocação das OPMEs. Cabe a esclarecer que esses equipamentos devem ser compatíveis com as OPMEs adquiridas, oriundas do mesmo fabricante. Deste modo, não há viabilidade para aquisição das próteses dissociadas do respectivo instrumental, tampouco a aquisição do instrumental sem saber qual será o fornecedor da OPME.

Diante do cenário acima exposto, haveria apenas as alternativas de comodato ou locação dos instrumentais. Em consulta realizada junto ao mercado, percebe-se que não é praticada a locação dos instrumentais, restando apenas o comodato como alternativa viável.

Complementa-se que o INTO adquire um grande número de implantes específicos à prática assistencial de Cirurgia Craniomaxilofacial, assim como de alta complexidade, por meio de diferentes processos licitatórios, para a execução de inúmeras técnicas cirúrgicas necessárias ao tratamento dos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) encaminhados ao Instituto.

As ATAS em que tais insumos são adquiridos, além de extremamente específicas ao modelo assistencial do INTO, têm duração de 12 meses para que sejam consumidas.

Essas razões implicam que, a cada 12 meses, novas atas para a aquisição de novos implantes sejam realizadas, e destacamos que pelo princípio da competitividade, não necessariamente, os novos produtos adquiridos, serão das mesmas marcas e características daqueles licitados anteriormente, inviabilizando a compra de uma caixa de instrumentais que possa atender a longo prazo a demanda do INTO. Sendo assim, caso fosse adotada a compra dos instrumentais junto aos implantes, não seria alcançada a aquisição mais vantajosa a administração pública pois a referida caixa de instrumentais seria utilizada apenas durante a vigência da ATA, sendo incompatível para implantes adquiridos em processos posteriores. Outrossim, visando a utilização destas em contratações futuras limitaríamos a competitividade entre os participantes de futuros processos de aquisição, retraindo a apenas aqueles aos quais os implantes fossem do mesmo fabricante, em geral apenas um.

## 6. Descrição da solução como um todo

### 6.1 REGIME DE CONSIGNAÇÃO

Os bens serão fornecidos em **regime de consignação**, cujo prazo para entrega será estabelecido na requisição. O regime de consignação está preconizado, conforme Manual de boas práticas de gestão das Órteses, Próteses e Materiais Especiais - OPME , conforme verifica-se no Portal:

[https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_praticas\\_gestao\\_proteses\\_materiais\\_especiais.pdf](https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_praticas_gestao_proteses_materiais_especiais.pdf), acessado em 21/10/2024.

### 6.2 COMODATO DE INSTRUMENTAIS

6.2.1 A empresa vencedora do **GRUPO 1** deverá disponibilizar, sob regime de comodato, enquanto viger a ata referente à presente aquisição:

- **2 (duas) caixas** de instrumentais específicos e completos que contenham implantes, para cada sistema, à saber: **compatíveis com parafusos do sistema 2.0 mm e sistema com placas de fraturas**, de acordo com o manual de fábrica, para a execução dos implantes solicitados. Estará obrigado a disponibilizar para realização das cirurgias com o respectivo implante a ser adquirido, inclusive com reposição de itens indispensáveis à colocação dos implantes que porventura sejam danificados pelo uso rotineiro. O referido instrumental deverá ser registrado na ANVISA.
- **1 (uma) caixa** de instrumentais específicos e completos que contenham implantes, à saber: **compatíveis com parafusos do sistema 1.5/17 mm**, de acordo com o manual de fábrica, para a execução dos implantes solicitados. Estará obrigado a disponibilizar para realização das cirurgias com o respectivo implante a ser adquirido, inclusive com reposição de itens indispensáveis à colocação dos implantes que porventura sejam danificados pelo uso rotineiro. O referido instrumental deverá ser registrado na ANVISA.
- **2 (duas) caixas** de instrumentais específicos e completos que contenham implantes, à saber: **compatíveis com parafusos de fixação intermaxilar**, de acordo com o manual de fábrica, para a

execução dos implantes solicitados. Estará obrigado a disponibilizar para realização das cirurgias com o respectivo implante a ser adquirido, inclusive com reposição de itens indispensáveis à colocação dos implantes que porventura sejam danificados pelo uso rotineiro. O referido instrumental deverá ser registrado na ANVISA.

6.2.2 A empresa vencedora do **GRUPO 2** deverá disponibilizar, sob regime de comodato, enquanto viger a ata referente à presente aquisição:

- **1 (uma) caixa** de instrumentais específicos e completos, de acordo com o manual de fábrica, para a execução dos implantes solicitados. Estará obrigado a disponibilizar para realização das cirurgias com o respectivo implante a ser adquirido, inclusive com reposição de itens indispensáveis à colocação dos implantes que porventura sejam danificados pelo uso repetido. O referido instrumental deverá ser registrado na ANVISA.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades solicitadas encontram-se dispostas na Tabela abaixo. Trata-se de material a ser adquirido mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica. Refere-se a material de uso contínuo da Unidade e visa suprir as necessidades dos próximos 12 meses, conforme metas cirúrgicas e demais razões expostas.

### Justificativa das quantidades:

A aquisição do material em pauta tem por objetivo proporcionar ao INTO a capacidade de desenvolver as suas atribuições assistenciais, visando os padrões de excelência e oferta de procedimentos de cirurgias de média e alta complexidade. Tendo em vista que a aplicação dessas técnicas oferece melhor resultado aos nossos pacientes, e é uma das principais missões de nossa Instituição, a falta deste quantitativo torna impossível a realização desta missão.

Quanto à capacidade assistencial institucional para o consumo do material solicitado na presente requisição, atualmente, a meta de produção do CAE Crânio Maxilo Facial é de 40 cirurgias ao mês, constituindo 480 cirurgias ao ano. Essa meta assistencial inclui cirurgias para doenças ortopédicas degenerativas, traumáticas e inflamatórias. Dentre os diferentes tipos de cirurgias realizadas pelo INTO, 34%, são procedimentos de alta complexidade cirúrgica, o que se encontra em acordo com o objetivo primário do INTO, que tem como missão o atendimento ortopédico de alta complexidade no âmbito do SUS.

Quanto ao quantitativo de pacientes com indicação cirúrgica no CAE crânio maxilo facial, temos além dos pacientes que aguardam na fila do INTO, os oriundos do SER, já que são oferecidas ao menos 70 vagas, por mês, para tratamento cirúrgico ortopédico de doenças que acometam essas partes do corpo, para tratamento eletivo, o que garante uma necessidade continuada de consumo desse tipo de implante ortopédico pelo INTO. Acrescente-se a isso, o suporte técnico em cirurgia de traumatologia ortopédica que o INTO oferece ao ESTADO do Rio de Janeiro, com transferências diárias de pacientes com lesões traumáticas do sistema musculoesquelético que necessitem de cirurgias de alta complexidade por meio do seu Núcleo Interno de Regulação (NIR). Logo, a demanda institucional por esses materiais específicos obriga ao INTO a ter uma aquisição periódica continuada, a fim de manter a assistência ortopédica de alta complexidade no SUS

Por fim, vale destacar que o INTO, em virtude de diversos problemas gerenciais administrativos, permaneceu sem conseguir concluir seus processos licitatórios regulares para reposição do estoque de OPME, onde se inclui os materiais para tratamento de doenças no crânio, maxilo e face, por diversos momentos nos últimos anos, o que impede a realização de um cálculo de estimativa de consumo baseado em médias simples.

Dessa forma, o quantitativo solicitado no presente processo para a aquisição desse material específico para uso nessas áreas, considerou a meta assistencial do CAE crânio maxilo faxial, a fila de espera interna de pacientes com indicação para esse tipo de procedimento, a potencial demanda constante de novos eletivos encaminhados ao INTO por meio do SER e a frequência regular de encaminhamentos via NIR de pacientes com lesões traumáticas agudas que necessitem de fixação articular.

GRUPO 1							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓD. MV	UNIDADE DE MEDIDA	QTD SOLICITADA	CMM ESTIMADO	CÓD. CATMAT	OBS.
5	MICRO PLACA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM FORMATO EM TELA, COM 0,1 a 0,2 MM DE ESPESSURA, COM MEDIDAS ENTRE 100,0 MM A 220,0 MM DE COMPRIMENTO E 50,0 MM A 180,0 MM DE LARGURA, COMPATÍVEL COM MINI PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 1,5/2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81161204	UNIDADE	8	0,7	BR0445080	

25	<p>MINI PLACA                  CONFECCIONADA EM                  TITÂNIO, COM FORMATO                  RETO, COM 0,4 MM A 0,8                  MM DE ESPESSURA,                  CONTENDO 04 FUROS                  COMPATÍVEIS COM MINI                  PARAFUSO CIRÚRGICO                  EM TITÂNIO COM 1,5 MM/1,                  7 MM DE DIÂMETRO E                  APLICAÇÃO CRÂNIO                  MAXILO FACIAL.</p>	81161611	UNIDADE	30	2,5	BR0433710
26	<p>MINI PLACA                  CONFECCIONADA EM                  TITÂNIO, COM FORMATO                  RETO, COM 0,4 MM A 0,8                  MM DE ESPESSURA,                  CONTENDO 06 FUROS                  COMPATÍVEIS COM MINI                  PARAFUSO CIRÚRGICO                  EM TITÂNIO COM 1,5 MM/1,                  7 MM DE DIÂMETRO E                  APLICAÇÃO CRÂNIO                  MAXILO FACIAL.</p>	81161625	UNIDADE	30	2,5	BR0433714
	<p>MINI PLACA</p>					

<p>27</p>	<p>CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM FORMATO RETO, COM 0,4 MM A 0,8 MM DE ESPESSURA, CONTENDO 12 a 20 FUROS COMPATÍVEIS COM MINI PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 1,5 MM/1,7 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.</p>	<p>81161626</p>	<p>UNIDADE</p>	<p>7</p>	<p>0,6</p>	<p>BR0433714</p>
<p>28</p>	<p>MICRO PLACA ORBITAL CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM FORMATO CURVADO, COM 0,4 MM A 0,8 MM DE ESPESSURA, CONTENDO 10 FUROS A 12 FUROS COMPATÍVEIS COM MINI PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 1,5 MM/1,7 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.</p>	<p>81161627</p>	<p>UNIDADE</p>	<p>10</p>	<p>0,8</p>	<p>BR0434086</p>
	<p>MICRO PLACA ORBITAL CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM FORMATO</p>					

<p>29</p>	<p>CURVADO, COM 0,4 MM A 0,8 MM DE ESPESSURA, CONTENDO 6 FUROS A 8 FUROS COMPATÍVEIS COM MINI PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 1,5 MM/1,7 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.</p>	<p>81161628</p>	<p>UNIDADE</p>	<p>10</p>	<p>0,8</p>	<p>BR0434087</p>	
<p>41</p>	<p>MINI PARAFUSO CIRÚRGICO AUTORROSCANTE CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 1,5 MM/1,7 MM DE DIÂMETRO, 4,0/5,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.</p>	<p>81181101</p>	<p>UNIDADE</p>	<p>188</p>	<p>16</p>	<p>BR0401019</p>	
<p>42</p>	<p>MINI PARAFUSO CIRÚRGICO AUTORROSCANTE CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 1,5 MM/1,7 MM DE DIÂMETRO, 6,0/7,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.</p>	<p>81181102</p>	<p>UNIDADE</p>	<p>225</p>	<p>19</p>	<p>BR0401020</p>	

43	MINI PARAFUSO CIRÚRGICO AUTORROSCANTE CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 1,5 MM/1,7 MM DE DIÂMETRO, 8,0/9,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81181103	UNIDADE	100	8,3	BR0401622	
44	MINI PARAFUSO CIRÚRGICO AUTORROSCANTE CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 1,5 MM/1,7 MM DE DIÂMETRO, 10,0/11, 0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81181104	UNIDADE	40	3,3	BR0401391	
45	MINI PARAFUSO CIRÚRGICO AUTORROSCANTE DE EMERGÊNCIA PARA O SISTEMA 1,5 MM/1,7 MM CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 4,0/5,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81181105	UNIDADE	63	5,3	BR0401019	

52	PARAFUSO CIRÚRGICO DE EMERGÊNCIA PARA SISTEMA 1,5 MM/1,7 MM, CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 6,0/7,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81181214	UNIDADE	75	6,3	BR0450547	
53	PARAFUSO CIRÚRGICO DE EMERGÊNCIA PARA SISTEMA 1,5 MM/1,7 MM, CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 8,0/9,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81181215	UNIDADE	25	2,1	BR0450549	
54	PARAFUSO CIRÚRGICO DE EMERGÊNCIA PARA SISTEMA 1,5 MM/1,7 MM, CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 10/11 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81181216	UNIDADE	13	1,1	BR0450551	

79	BROCA CIRÚRGICA CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL COM DIÂMETRO COMPATÍVEL COM PARAFUSOS 1,5 MM /1,7 MM, LIMITADOR PARA FUROS DE NO MÁXIMO 10,0 MM DE PROFUNDIDADE, 40,0 A 50,0 MM DE COMPRIMENTO, ENGATE UNIVERSAL E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	82072006	UNIDADE	6	0,5	BR0443151	
82	BROCA CIRÚRGICA CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL COM DIÂMETRO COMPATÍVEL COM PARAFUSOS 1,5 MM /1,7 MM, LIMITADOR PARA FUROS DE NO MÁXIMO 20,0 MM DE PROFUNDIDADE, ACIMA DE 90,0 MM DE COMPRIMENTO, ENGATE UNIVERSAL E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	82072020	UNIDADE	5	0,4	BR0443150	

1	PLACA CRANIAL RÍGIDA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM 0,8 MM A 1,2 MM DE ESPESSURA, FORMATO RETO, COM INTERVALO, CONTENDO 4 FUROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81161113	UNIDADE	15	1,2	BR0433962	
2	PLACA CRANIAL RÍGIDA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM 0,8 MM A 1,2 MM DE ESPESSURA, FORMATO RETO, CONTENDO 6 FUROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81161114	UNIDADE	20	1,7	BR0433960	

<p>3</p>	<p>PLACA CRANIAL RÍGIDA                  CONFECCIONADA EM                  TITÂNIO COM 0,8 MM A 1,2                  MM DE ESPESSURA, COM                  INTERVALO, FORMATO EM                  "L" PARA ESQUERDA,                  CONTENDO 4 a 5 FUROS                  COMPATÍVEIS COM                  PARAFUSO CIRÚRGICO                  EM TITÂNIO COM 2,0 MM                  DE DIÂMETRO E                  APLICAÇÃO CRÂNIO                  MAXILO FACIAL.</p>	<p>81161117</p>	<p>UNIDADE</p>	<p>30</p>	<p>2,5</p>	<p>BR0433963</p>	
<p>4</p>	<p>PLACA CRANIAL RÍGIDA                  CONFECCIONADA EM                  TITÂNIO, TITÂNIO COM 0,8                  MM A 1,2 MM DE                  ESPESSURA, COM                  INTERVALO, FORMATO EM                  "L" PARA DIREITA,                  CONTENDO 4 a 5 FUROS                  COMPATÍVEIS COM                  PARAFUSO CIRÚRGICO                  EM TITÂNIO COM 2,0 MM                  DE DIÂMETRO E                  APLICAÇÃO CRÂNIO                  MAXILO FACIAL.</p>	<p>81161118</p>	<p>UNIDADE</p>	<p>30</p>	<p>2,5</p>	<p>BR0433963</p>	

8	<p>PLACA PARA FRATURA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, MOLDÁVEL COM FORMATO RETO, COM SEGMENTO, COM 1,2 A 2,0 MM DE ESPESSURA, CONTENDO 6 FUROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM A 2,5 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.</p>	81161314	UNIDADE	12	1	BR0433960	
9	<p>PLACA PARA FRATURA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, MOLDÁVEL COM FORMATO RETO, COM 1,2 A 2,0 MM DE ESPESSURA, CONTENDO 8 A 12 FUROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM A 2,5 MM DE DIÂMETRO DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.</p>	81161315	UNIDADE	12	1	BR0443779	

<p>10</p>	<p>PLACA PARA FRATURA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, MOLDÁVEL COM FORMATO PARÁBOLA, COM SEGMENTO, COM 1,2 A 2,0 MM DE ESPESSURA, CONTENDO 08 A 12 FUIROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM A 2,5 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.</p>	<p>81161317</p>	<p>UNIDADE</p>	<p>12</p>	<p>1</p>	<p>BR0443780</p>	
<p>11</p>	<p>PLACA PARA FRATURA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM SEGMENTO, FORMATO ANGULADO, COM 1,5 A 2,0 MM DE ESPESSURA, CONTENDO 6 a 8 FUIROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM A 2,5 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.</p>	<p>81161321</p>	<p>UNIDADE</p>	<p>15</p>	<p>1,2</p>	<p>BR0448537</p>	
	<p>PLACA CRANIAL RÍGIDA CONFECCIONADA EM</p>						

12	TITÂNIO, COM FORMATO RETO, COM 0,4 A 0,7 MM, CONTENDO 4 FUROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81161525	UNIDADE	15	1,2	BR0433959	
13	PLACA CRANIAL RÍGIDA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM FORMATO RETO COM SEGMENTO, COM 0,4 A 0,7 MM, CONTENDO 4 FUROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81161526	UNIDADE	20	1,7	BR0433962	
14	PLACA CRANIAL RÍGIDA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM FORMATO RETO COM SEGMENTO, COM 0,4 A 0,7 MM, CONTENDO 6 FUROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO	81161527	UNIDADE	20	1,7	BR0448397	

	EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.						
15	PLACA CRANIAL RÍGIDA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM FORMATO RETO, CONTENDO 12 A 20 FUROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81161528	UNIDADE	10	0,8	BR0433958	
	PLACA CRANIAL RÍGIDA CONFECCIONADA EM						

16	TITÂNIO, COM 0,4 A 0,7 MM, FORMATO EM "L" PARA DIREITA, COM INTERVALO, CONTENDO 4 a 5 FUROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81161531	UNIDADE	63	5,2	BR0433963
17	PLACA CRANIAL RÍGIDA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM 0,4 A 0,7 MM, FORMATO EM "L" PARA ESQUERDA, COM INTERVALO, CONTENDO 4 a 5 FUROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81161532	UNIDADE	63	5,2	BR0433963
	PLACA CRANIAL RÍGIDA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM 0,4 A 0,7 MM, FORMATO EM "L" PARA DIREITA, CPOM					

18	INTERVALO, ANGULADA, CONTENDO 6 A 7 FUROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81161535	UNIDADE	30	2,5	BR0434059
19	PLACA CRANIAL RÍGIDA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM 0,4 A 0,7 MM, FORMATO EM "L" PARA ESQUERDA, COM INTERVALO, ANGULADA, CONTENDO 6 A 7 FUROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81161536	UNIDADE	30	2,5	BR0434059
20	PLACA CRANIAL RÍGIDA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM 0,4 A 0,7 MM, FORMATO EM "Y", CONTENDO 5 a 7 FUROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO	81161537	UNIDADE	15	1,2	BR0433988

	EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.						
21	<p>PLACA CRANIAL RÍGIDA CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM 0,4 A 0,7 MM, FORMATO EM DUPLO "Y", CONTENDO 5 a 7 FUIROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.</p>	81161538	UNIDADE	5	0,4	BR0433988	
	PLACA CRANIAL RÍGIDA COM COMPRESSÃO CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM 0,5 A 0,8						

22	MM, FORMATO EM GRADE, CONTENDO 8 a 12 FUROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81161541	UNIDADE	10	0,8	BR0443797	
23	PLACA CRANIAL RÍGIDA ORBITAL CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM 0,4 A 0,7 MM, FORMATO CURVADO, CONTENDO 6 A 8 FUROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81161542	UNIDADE	20	1,7	BR0434008	
24	PLACA CRANIAL RÍGIDA ORBITAL CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM 0,4 A 0,7 MM, FORMATO CURVADO, CONTENDO 10 A 12 FUROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO	81161543	UNIDADE	20	1,7	BR0434007	

	COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.						
38	PARAFUSO CIRÚRGICO PARA FIXAÇÃO INTERMAXILAR CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,0 MM DE DIÂMETRO, COM MEDIDA APROXIMADA DE 8,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81180704	UNIDADE	180	15	BR0401628	
39	PARAFUSO CIRÚRGICO PARA FIXAÇÃO INTERMAXILAR CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,0 MM DE DIÂMETRO, COM MEDIDA	81180705	UNIDADE	180	15	BR0401631	

	<p>APROXIMADA DE 11,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.</p>						
40	<p>PARAFUSO CIRÚRGICO PARA FIXAÇÃO INTERMAXILAR CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,0 MM DE DIÂMETRO, COM MEDIDA APROXIMADA DE 14,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.</p>	81180706	UNIDADE	80	6,7	BR0400996	
46	<p>PARAFUSO CIRÚRGICO CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,0 MM DE DIÂMETRO, 4,0/5,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.</p>	81181202	UNIDADE	1200	100	BR0401022	

47	PARAFUSO CIRÚRGICO CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,0 MM DE DIÂMETRO, 6,0/7,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81181203	UNIDADE	1000	83,3	BR0401023	
48	PARAFUSO CIRÚRGICO CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,0 MM DE DIÂMETRO, 8,0/9,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81181204	UNIDADE	800	66,7	BR0401415	
49	PARAFUSO CIRÚRGICO CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,0 MM DE DIÂMETRO, 10,0/11,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81181205	UNIDADE	300	25	BR0401413	
	PARAFUSO CIRÚRGICO CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,0 MM DE						

50	DIÂMETRO, 12,0/13,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81181206	UNIDADE	120	10	BR0401416	
51	PARAFUSO CIRÚRGICO CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,0 MM DE DIÂMETRO, 14,0/15,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81181207	UNIDADE	80	6,7	BR0401417	
55	PARAFUSO CIRÚRGICO DE EMERGÊNCIA PARA SISTEMA 2.0, CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 4,0/5,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81181301	UNIDADE	180	15	BR0401006	
58	PARAFUSO CIRÚRGICO DE EMERGÊNCIA PARA SISTEMA 2.0, CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 6,0/7,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81181304	UNIDADE	180	15	BR0401007	

59	<p>PARAFUSO CIRÚRGICO DE EMERGÊNCIA PARA SISTEMA 2.0, CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 8,0/9,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.</p>	81181305	UNIDADE	130	10,8	BR0401010	
60	<p>PARAFUSO CIRÚRGICO DE EMERGÊNCIA PARA SISTEMA 2.0, CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 10,0/11,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.</p>	81181306	UNIDADE	130	10,8	BR0401012	
57	<p>PARAFUSO CIRÚRGICO DE EMERGÊNCIA PARA SISTEMA 2.0, CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 12,0/13,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.</p>	81181303	UNIDADE	100	8,3	BR0401013	

56	PARAFUSO CIRÚRGICO DE EMERGÊNCIA PARA SISTEMA 2.0, CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 14,0/15,0 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81181302	UNIDADE	100	8,3	BR0401014
81	BROCA CIRÚRGICA CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, DIÂMETRO COMPATÍVEL COM PARAFUSOS COM 2,0 MM DE DIÂMETRO, LIMITADOR PARA FUROS DE NO MÁXIMO 25,0MM DE PROFUNDIDADE, ENGATE UNIVERSAL TIPO AO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	82072015	UNIDADE	15	1,25	BR0450292
83	BROCA CIRÚRGICA CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, DIÂMETRO COMPATÍVEL COM PARAFUSOS COM 2,0 MM DE DIÂMETRO, LIMITADOR PARA FUROS DE NO	82072021	UNIDADE	8	0,7	BR0450293

	MÁXIMO 30,0 MM DE PROFUNDIDADE, ACIMA DE 90,0 MM DE COMPRIMENTO, ENGATE UNIVERSAL E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.						
30	PLACA MANDIBULAR, PARA FRATURAS, BLOQUEADA, POLIAXIAL, COM FORMATO RETO, COM INTERVALO, CONTENDO 4 FUROS, COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 A 2,5 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81161814	UNIDADE	15	1,25	BR0433703	

31	PLACA MANDIBULAR, PARA FRATURAS, BLOQUEADA, POLIAXIAL, COM FORMATO RETO, COM INTERVALO, CONTENDO 6 FUROS, COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 A 2,5 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81161815	UNIDADE	20	1,7	BR0444242	
32	PLACA MANDIBULAR, PARA FRATURAS, BLOQUEADA, POLIAXIAL, RETA, COM INTERVALO, CONTENDO 8 A 10 FUROS, COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM COM 2,0 A 2,5 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81161816	UNIDADE	15	1,25	BR0433705	
33	PLACA MANDIBULAR, PARA FRATURAS, BLOQUEADA, POLIAXIAL, RETA, CONTENDO 12 A 16 FUROS, COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO	81161817	UNIDADE	10	0,8	BR0448291	

	COM 2,0 A 2,5 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.						
34	PLACA MANDIBULAR, PARA FRATURAS, BLOQUEADA, POLIAXIAL, DE ÂNGULO MANDIBULAR, COM INTERVALO, CONTENDO 6 FUROS, COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 A 2,5 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81161821	UNIDADE	20	1,7	BR0444242	
63	PARAFUSO CORTICAL, CONFECCIONADO EM TITÂNIO, BLOQUEADO, MULTIDIRECIONAL DE DIÂMETRO 2,0 A 2,5 MM E COMPRIMENTO: 4,0/5,0 MM.	81181807	UNIDADE	100	8,3	BR0401022	

64	PARAFUSO CORTICAL, CONFECCIONADO EM TITÂNIO, BLOQUEADO, MULTIDIRECIONAL DE DIÂMETRO 2,0 A 2,5 MM E COMPRIMENTO E COMPRIMENTO: 6,0/7,0 MM.	81181808	UNIDADE	200	16,7	BR0401023	
65	PARAFUSO CORTICAL, CONFECCIONADO EM TITÂNIO, BLOQUEADO, MULTIDIRECIONAL DE DIÂMETRO 2,0 A 2,5 MM E COMPRIMENTO E COMPRIMENTO: 8,0/9,0 MM.	81181809	UNIDADE	200	16,7	BR0401023	
66	PARAFUSO CORTICAL, CONFECCIONADO EM TITÂNIO, BLOQUEADO, MULTIDIRECIONAL DE DIÂMETRO 2,0 A 2,5 MM E COMPRIMENTO E COMPRIMENTO: 10,0/11,0 MM.	81181810	UNIDADE	200	16,7	BR0401630	
	PARAFUSO CORTICAL,						

67	CONFECCIONADO EM TITÂNIO, BLOQUEADO, MULTIDIRECIONAL DE DIÂMETRO 2,0 A 2,5 MM E COMPRIMENTO E COMPRIMENTO: 12,0/13,0 MM.	81181811	UNIDADE	100	8,3	BR0401632	
68	PARAFUSO CORTICAL, CONFECCIONADO EM TITÂNIO, BLOQUEADO, MULTIDIRECIONAL DE DIÂMETRO 2,0 A 2,5 MM E COMPRIMENTO E COMPRIMENTO: 14,0/15,0 MM.	81181812	UNIDADE	100	8,3	BR0400996	
69	PARAFUSO CORTICAL, CONFECCIONADO EM TITÂNIO, BLOQUEADO, MULTIDIRECIONAL DE DIÂMETRO 2,0 A 2,5 MM E COMPRIMENTO E COMPRIMENTO: 16,0/17,0 MM.	81181813	UNIDADE	30	2,5	BR0400997	
	BROCA CIRÚRGICA CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL DIÂMETRO						

86	COMPATÍVEL COM PARAFUSOS COM 2,0/2,5 MM DE DIÂMETRO, LIMITADOR PARA FUROS DE NO MÁXIMO 25,0MM DE PROFUNDIDADE, ENGATE UNIVERSAL TIPO AO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	82072024	UNIDADE	15	1,25	BR0450292
85	BROCA CIRÚRGICA CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL DIÂMETRO COMPATÍVEL COM PARAFUSOS COM 2,0/2,5 MM, LIMITADOR PARA FUROS DE NO MÁXIMO 30,0 MM DE PROFUNDIDADE, ACIMA DE 90,0 MM DE COMPRIMENTO, ENGATE UNIVERSAL E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	82072023	UNIDADE	8	0,7	BR0450293
	PLACA ANATÔMICA PARA FRATURA DO CÔNDILO CONFECCIONADA EM TITÂNIO MALEÁVEL, COM					

6	FORMATO TRAPEZOIDAL, COM 1,0 MM DE ESPESSURA, CONTENDO 4 FUROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81161307	UNIDADE	10	0.8	BR0436527	
7	PLACA ANATÔMICA PARA FRATURA DO CÔNDILO CONFECCIONADA EM TITÂNIO MALEÁVEL, COM FORMATO TRAPEZOIDAL, COM BASE LARGA COM 1,0 MM DE ESPESSURA, CONTENDO 4 FUROS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,0 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81161308	UNIDADE	10	0,8	BR0436527	

GRUPO 02							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓD. MV	UNIDADE DE MEDIDA	QTD SOLICITADA	CMM ESTIMADO	CÓD. CATMAT	OBS.

<p>35</p>	<p>PLACA PARA RECONSTRUÇÃO COM BLOQUEIO CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM FORMATO EM "L" PARA DIREITA, CONTENDO 20 A 24 Furos compatíveis com parafuso bloqueado cirúrgico em titânio com 2,3 a 2,7 mm de diâmetro e aplicação crânio maxilo facial.</p>	<p>81161902</p>	<p>UNIDADE</p>	<p>12</p>	<p>1</p>	<p>BR0448518</p>
<p>36</p>	<p>PLACA PARA RECONSTRUÇÃO COM BLOQUEIO CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM FORMATO EM "L" PARA ESQUERDA, CONTENDO 20 A 24 Furos compatíveis com parafuso bloqueado cirúrgico em titânio com 2,3 a 2,7 mm de diâmetro e aplicação crânio maxilo facial.</p>	<p>81161903</p>	<p>UNIDADE</p>	<p>12</p>	<p>1</p>	<p>BR0448518</p>

37	<p>PLACA PARA RECONSTRUÇÃO COM BLOQUEIO CONFECCIONADA EM TITÂNIO, COM FORMATO EM DUPLO ÂNGULO, CONTENDO 28 A 32 FUSOS COMPATÍVEIS COM PARAFUSO BLOQUEADO CIRÚRGICO EM TITÂNIO COM 2,3 A 2,7 MM DE DIÂMETRO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.</p>	81161904	UNIDADE	8	0,7	BR0448530	
61	<p>PARAFUSO BLOQUEADO CIRÚRGICO CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,3 A 2,7MM DE DIÂMETRO, 05/06 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.</p>	81181601	UNIDADE	38	3,2	BR0401424	
62	<p>PARAFUSO BLOQUEADO CIRÚRGICO CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,3 A 2,7MM DE DIÂMETRO, 07/08 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.</p>	81181602	UNIDADE	38	3,2	BR0401431	

70	PARAFUSO BLOQUEADO CIRÚRGICO CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,3 A 2,7MM DE DIÂMETRO, 09/10 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81182001	UNIDADE	100	8,3	BR0401661	
71	PARAFUSO BLOQUEADO CIRÚRGICO CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,3 A 2,7MM DE DIÂMETRO, 11/12 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81182002	UNIDADE	120	10	BR0401662	
72	PARAFUSO BLOQUEADO CIRÚRGICO CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,3 A 2,7MM DE DIÂMETRO, 13/14 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81182003	UNIDADE	120	10	BR0401663	
73	PARAFUSO BLOQUEADO CIRÚRGICO CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,3 A 2,7MM DE DIÂMETRO, 15/16 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81182004	UNIDADE	60	5	BR0442904	

74	PARAFUSO BLOQUEADO CIRÚRGICO CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 2,3 A 2,7MM DE DIÂMETRO, 18/19 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81182005	UNIDADE	10	0,8	BR0401676	
75	PARAFUSO BLOQUEADO CIRÚRGICO DE EMERGENCIA PARA O SISTEMA 2.3 A 2.7 CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 09/10 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81182201	UNIDADE	10	0,8	BR0444411	
76	PARAFUSO BLOQUEADO CIRÚRGICO DE EMERGENCIA PARA O SISTEMA 2.3 A 2.7 CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 11/12 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81182202	UNIDADE	10	0,8	BR0444411	

77	PARAFUSO BLOQUEADO CIRÚRGICO DE EMERGENCIA PARA O SISTEMA 2.3 A 2.7 CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 13/14 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81182203	UNIDADE	10	0,8	BR0444411	
78	PARAFUSO BLOQUEADO CIRÚRGICO DE EMERGENCIA PARA O SISTEMA 2.3 A 2.7 CONFECCIONADO EM TITÂNIO, COM 15/16 MM DE COMPRIMENTO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	81182204	UNIDADE	10	0,8	BR0444411	
80	BROCA CIRÚRGICA CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL COM 2,0 MM DE DIÂMETRO, LIMITADOR PARA FUROS DE NO MÁXIMO 30,0 MM DE PROFUNDIDADE, ENGATE UNIVERSAL TIPO AO E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	82072012	UNIDADE	15	1,25	BR0443225	

84	BROCA CIRÚRGICA CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL COM 2,0 MM DE DIÂMETRO, LIMITADOR PARA FUIROS DE NO MÁXIMO 30,0 MM DE PROFUNDIDADE, ACIMA DE 90,0 MM DE COMPRIMENTO, ENGATE UNIVERSAL E APLICAÇÃO CRÂNIO MAXILO FACIAL.	82072022	UNIDADE	10	0,8	BR0443151	

### 8. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Será adotado orçamento sigiloso, sob a justificativa de que a não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração de modo que os proponentes apresentem lances realmente competitivos e de acordo sua efetiva capacidade de honrá-los com lucratividade adequada. Nesse contexto de ponderação de princípios, entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela administração, atendendo ao artigo 24º, da Lei 14.133/2021.]

### 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A ordem instituída nesse dispositivo é clara no sentido de que a aplicação do princípio do parcelamento deve considerar o seu custo/benefício. Entretanto, no presente caso, o parcelamento do objeto em questão não é tecnicamente viável. Observando a aplicação do princípio do parcelamento, disposto no artigo 40, §3º da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento não será adotado conforme disposto nos incisos I e II.

Cabe esclarecer que a divisão da licitação em grupo se deve à necessidade de interdependência entre os componentes deste, visto que eles são utilizados em conjunto e devem ser compatíveis uns com os outros. Caso a licitação seja dividida em itens, poderão ser adquiridos componentes de fabricantes distintos e que não seriam compatíveis entre si. Desta forma, na impossibilidade de montagem do material cirúrgico necessário devido à sua incompatibilidade, os procedimentos cirúrgicos não poderiam ser realizados, gerando um grande prejuízo aos pacientes, que não poderiam receber o tratamento adequado. Além disso, haveria dano ao erário,

pois o material adquirido não poderia ser utilizado, caracterizando um desperdício de recursos públicos. Sendo assim, é obrigatória a cotação de todos os itens que compõem o grupo, uma vez que existe a interdependência entre os componentes com indispensável necessidade de compatibilidade entre eles.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Os materiais solicitados, por se tratarem de implantes ortopédicos, apresentam dependência de forma indireta com diversos insumos médico-hospitalares, que também são utilizados nos procedimentos intra-operatórios do Instituto, tais como, fios e campos cirúrgicos, bisturis, além de outros materiais. Desta forma, para o adequado consumo de tais materiais listados nesta solicitação, se faz necessário que toda a estrutura de insumos relacionados às cirurgias ortopédicas, adquiridos em outras atas requisitadas por diferentes setores do INTO, estejam com suprimento adequado.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

Os itens solicitados encontram-se no Plano Anual de Compras (PCA/PGC) para o ano de 2024, conforme detalhamento abaixo:

- Documento de Formalização da Demanda - DFD: 218/2023
- ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-000024/2024
- Data de publicação no PNCP: 20/05/2023
- Id do item no PCA: 1163 ao 1246
- Classe/Grupo: 6515 - INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS
- Identificador da Futura Contratação: 250057-90127/2023

## **12. Resultados Pretendidos**

O INTO é reconhecidamente uma referência no tratamento de lesões de média e alta complexidade, por isso espera-se que a diversidade e a qualidade dos implantes ortopédicos adquiridos, sejam compatíveis com a representatividade que a Instituição tem, tanto no cenário nacional quanto internacional. A qualidade e a diversidade destes materiais, juntamente com a excelência de execução nos tratamentos cirúrgicos através da atuação dos cirurgiões, trazem os resultados pretendidos concomitantemente com o alcance das metas de cirurgias pactuadas.

## **13. Providências a serem Adotadas**

Não serão necessárias providências ou ajustes institucionais especiais para a viabilidade de utilização dos insumos após a aquisição pretendida.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

Destaca-se que o INTO dispõe de Plano de Logística Sustentável (Portaria nº 586, de 22 de Maio de 2023-DOU Edição: 108, Seção: 1, Página: 195) e dentre os objetivos gerais, destacam-se os itens:

3. Racionalizar a aquisição e o uso de recursos (bens, materiais e serviços) para o aprimoramento da gestão dos processos de trabalho, visando à eficiência das despesas públicas e à eficácia do controle executado pelos órgãos de controle;

4. Promover a adequada gestão de resíduos (coleta, tratamento, disposição final e reciclagem), estabelecendo parcerias com instituições especializadas em reciclagem de materiais, visando minimizar e/ou compensar os impactos socioambientais;

Diante do escopo da atual aquisição, foi realizada a consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6ª Edição (2023), quanto ao descarte das baterias, bem como a destinação dos equipamentos que se tornarem inservíveis.

De acordo com o previsto no PLS/INTO e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, não são previstas sobras de materiais, uma vez que será adotado o regime de consignação.

Quanto à produção de bens, deve-se respeitar sempre que possível e cabível, os seguintes critérios, em conformidade com o art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, a saber:

a) Que os bens devam ser preferencialmente acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

b) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A Contratação de que trata o presente ETP é viável e fundamentalmente necessária para atendimento aos parâmetros e eficiência da gestão, condizentes com os objetivos institucionais e a importância do INTO na promoção de ações como referência do Sistema Único de Saúde (SUS) na assistência, no ensino, na pesquisa, na prevenção e na formulação de políticas públicas em traumatologia, ortopedia e reabilitação.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: RESPONSÁVEL TÉCNICO

**ANDRE DA SILVEIRA BRAUNE**

MÉDICO ORTOPEDISTA/CHEFE DA ÁREA DE CIRURGIA CRÂNIO MAXILO FACIAL - ARCMF



Assinou eletronicamente em 24/10/2024 às 10:44:58.

Despacho: RESPONSÁVEL TÉCNICO

**RODRIGO PINHEIRO RIBEIRO**

ODONTÓLOGO/MÉDICO ORTOPEDISTA/CHEFE SUBSTITUTO DA ÁREA DE CIRURGIA CRÂNIO MAXILO  
FACIAL - ARCMF



*Assinou eletronicamente em 24/10/2024 às 09:39:23.*

Despacho: RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**LUIZ MAURO ESPERANCA**

AGENTE ADMINISTRATIVO

Despacho: Responsável por auxiliar a área técnica na elaboração do ETP.

**CLOVIS ALBERTO NEVES DA SILVA**

Arquivista - Área de Planejamento de Aquisições e Contratações (APLACON)



*Assinou eletronicamente em 21/10/2024 às 14:09:56.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I (sigiloso)